

INSTITUTO FEDERAL DE MINAS GERAIS
CAMPUS SÃO JOÃO EVANGELISTA
CAMILA QUEIROZ PIMENTA

**VOZES DOS ATORES ENVOLVIDOS NA CRIAÇÃO DA ESTRADA ECOLÓGICA
DO CHARCO NO PARQUE ESTADUAL SERRA DO INTENDENTE EM
CONCEIÇÃO DO MATO DENTRO - MG**

SÃO JOÃO EVANGELISTA

2014

CAMILA QUEIROZ PIMENTA

**VOZES DOS ATORES ENVOLVIDOS NA CRIAÇÃO DA ESTRADA ECOLÓGICA
DO CHARCO NO PARQUE ESTADUAL SERRA DO INTENDENTE EM
CONCEIÇÃO DO MATO DENTRO - MG**

Monografia apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente do Instituto Federal de Minas Gerais – Campus São João Evangelista, como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Meio Ambiente.

Orientador: Professor Me. Antônio Marcos Murta

SÃO JOÃO EVANGELISTA

2014

CAMILA QUEIROZ PIMENTA

**VOZES DOS ATORES ENVOLVIDOS NA CRIAÇÃO DA ESTRADA ECOLÓGICA
DO CHARCO NO PARQUE ESTADUAL SERRA DO INTENDENTE EM
CONCEIÇÃO DO MATO DENTRO - MG**

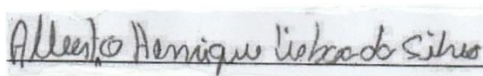
Monografia apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente do Instituto Federal de Minas Gerais – Campus São João Evangelista, como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Meio Ambiente.

Aprovada em 05 / 12 / 2014

BANCA EXAMINADORA



Prof. Me. Cleonir Coelho Simões
Instituto Federal de Minas Gerais



Prof. Me. Alberto Henrique Lisboa da Silva
Instituto Federal de Minas Gerais



Prof. Me. Leila Gomes de Almeida
Instituto Federal de Minas Gerais

SÃO JOÃO EVANGELISTA

2014

A todos que contribuíram para a
realização do presente estudo.

AGRADECIMENTOS

A todos que contribuíram para a realização deste trabalho, fica expressa aqui a minha eterna gratidão.

Ao mestre Antônio Marcos Murta, primeiramente por ter despertado em mim uma consciência ambiental mais humana, mais preocupada com o ser humano e seu papel no meio ambiente. Agradeço pela orientação, pela disponibilidade, pelo aprendizado e pelas críticas construtivas. Agradeço acima de tudo, sua humanidade e compreensão.

Aos Mestres Alberto Lisboa e Leila Almeida, meus sinceros agradecimentos pela disponibilidade, e especialmente por enriquecer este estudo através de elogios e críticas construtivas, que contribuíram, e muito.

Ao Mestre Cleonir Simões, por ter me ensinado, através do exemplo e do bom humor, uma das mais importantes lições que aprendi: é necessário fazer o que se gosta, independentemente da remuneração recebida, a dádiva de se trabalhar com que lhe dá prazer, não tem preço.

À todos os funcionários e professores do Instituto Federal de Minas Gerais, campus São João Evangelista, pelo trabalho de qualidade proporcionado. Aos meus queridíssimos mestres, Paulo do Nascimento e Ana Carolina Ferraro, pelo eterno apoio e bom exemplo.

Ao gerente do Parque Estadual da Serra do Intendente (PESI), Marcos Alexandre, pelo apoio, disponibilidade e confiança. À toda equipe do PESI, que direta ou indiretamente ajudaram na execução deste trabalho. Ao gerente do Parque Natural Municipal Ribeirão do Campo, Lucas Henrique, pela base logística. Ao Warley Costa, que sempre me ajudou com o rico conhecimento que possui a respeito da região e suas particularidades.

Aos meus pais, Eduardo e Rosângela, e à querida tia Carminha, pelo apoio e amor incondicional, por serem a base do que sou, por muitas vezes deixarem de lado seus sonhos para realizarem o meu, por me deixarem a maior e melhor herança de todas: a educação.

Às minhas irmãs, Luana e Débora, agradeço pelo infindável carinho, amor e amizade.

Ao Túlio, pelo companheirismo, paciência, amizade e amor; agradeço também pelo apoio no desenvolvimento deste trabalho.

Aos amigos sempre presentes, por fazerem a vida mais divertida, e a queridíssima “Família Tabuleiro”, pelo acolhimento e amizade.

Agradeço com um carinho especial a todos os moradores do entorno da Estrada Ecológica do Charco, que participaram deste estudo. Meu eterno agradecimento pela

receptividade, pelas informações fornecidas, pela conversa sincera e acolhedora, pelos almoços, lanches e cafés oferecidos. Sobretudo, agradeço o carinho.

[...] Um homem precisa viajar. Por sua conta, não por meio de histórias, imagens, livros ou TV. Precisa viajar por si, com seus olhos e pés, para entender o que é seu. Para um dia plantar as suas próprias árvores e dar-lhes valor. Conhecer o frio para desfrutar do calor. E o oposto. Sentir a distância e o desabrigo para estar bem sob o próprio teto. Um homem precisa viajar para lugares que não conhece para quebrar essa arrogância que nos faz ver o mundo como o imaginamos, e não simplesmente como é ou pode ser; que nos faz professores e doutores do que não vimos, quando deveríamos ser alunos, e simplesmente ir ver. (KLINK, 1998) [...]

RESUMO

A presente pesquisa teve como objeto de estudo os principais atores sociais que serão impactados com a criação da Estrada Ecológica do Charco, que será implantada às margens do parque Estadual da Serra do Intendente, pelo Instituto Estadual de florestas (IEF), entre os distritos Itacolomi e Tabuleiro do Mato Dentro, ambos pertencentes ao município de Conceição do Mato Dentro, MG. O objetivo do estudo foi solucionar às questões: “Acha positiva a criação da Estrada Ecológica do Charco, bem como da demanda turística?”, e perceber quais são as principais aspirações destes atores em relação à Estrada. Os resultados foram adquiridos utilizando-se de métodos quantitativos e qualitativos na coleta de dados, e as ferramentas utilizadas foram questionário e entrevista estruturada. Com os dados obtidos foi possível concluir que a maioria dos moradores acham positiva a criação da Estrada Ecológica, bem como da demanda turística, e que a maioria das famílias possui um grande potencial de serem atores do desenvolvimento do turismo de base comunitária na região, isso porque, possuem um caráter naturalmente simpático e hospitaleiro.

Palavras-chave: Parques Naturais. Estrada Ecológica. Turismo Comunitário.

ABSTRACT

This research aimed at studying the main social actors who will be impacted by the creation of the Ecological Charco Road, which will be implemented and maintained by the State Institute of Forests (IEF), between the Board and Itacolomi do Mato Dentro districts, both belonging the municipality of Conceição do Mato Dentro, Minas Gerais. The aim of the study was to resolve issues: "Think positive creation of the Ecological Pond Road, as well as the tourist demand?", and realize what the main aspirations of these actors in relation to road. The results were obtained using quantitative and qualitative data collection methods, and the tools used were questionnaires and structured interviews. With the data obtained it was concluded that the majority of residents felt positive the creation of Ecological Road, as well as the tourist demand, and that most families have a great potential to be actors in the development of community-based tourism in the region, it because they possess a naturally friendly and hospitable character.

Keywords: Natural parks. Ecological road. Community tourism.

LISTA DE RETRATOS

RETRATO 1 – Cachoeira Rabo de Cavalo.....	24
RETRATO 2 – Cachoeira Congonhas.....	24
RETRATO 3 – Cânion do Peixe Tolo.....	25
RETRATO 4 – Cachoeira Bocaina.....	25
RETRATO 5 – Cachoeira do Tabuleiro.....	26
RETRATO 6 – Estrada Ecológica do Charco, visualização de campo rupestre.....	45
RETRATO 7 – Estrada Ecológica do Charco, corredeira à margem do percurso.....	45
RETRATO 8 – Estrada Ecológica do Charco, área de Mata Atlântica.....	46
RETRATO 9 – Estrada Ecológica do Charco, área de Cerrado e vislumbre do Cânion do Peixe Tolo.....	46
RETRATO 10 – Fauna encontrada às margens da Estrada Ecológica do Charco.....	47
RETRATO 11 – Amendoim produzido ao entorno da Estrada Ecológica do Charco.....	59
RETRATO 12 – Feijão produzido ao entorno da Estrada Ecológica do Charco.....	59

LISTA DE IMAGENS

IMAGEM 1 – Estrada Ecológica do Charco	44
--	----

LISTA DE MAPAS

MAPA 1 – Eixo da Estrada Real sobreposto a Reserva da Biosfera da Serra do Espinhaço.....	29
MAPA 2 – Região da Serra do Cipó.....	33
MAPA 3 – UC's existentes na região da Serra do Cipó.....	34
MAPA 4 - Mosaico Cipó-Intendente e UC's previstas.....	35

LISTA DE SIGLAS

APA - Área de Proteção Ambiental

FLONA - Floresta Nacional

IEF – Instituto Estadual de Florestas

PESI – Parque Estadual Serra do Intendente

RBSE – Reserva da Biosfera da Serra Do Espinhaço

RESEX - Reserva Extrativista

RPPN - Reserva Particular do Patrimônio Natural

SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza

TUCUM - Rede Cearense de Turismo Comunitário

TURISOL - Rede Brasileira de Turismo Solidário e Comunitário

UC's – Unidades de Conservação

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

UICN - União Mundial para a Conservação da Natureza

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	14
2	ANCORAGEM TEÓRICA	17
2.1	A CRIAÇÃO DOS PARQUES NATURAIS: GÊNESE E EVOLUÇÃO	17
2.2	A CRIAÇÃO DO PARQUE ESTADUAL SERRA DO INTENDENTE.....	23
2.2.1	Aspectos históricos.....	28
2.2.2	Aspectos geográficos.....	31
2.2.3	Aspectos sociais	36
2.2.4	Aspectos legais	37
2.3	TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA	38
2.4	METODOLOGIA.....	41
2.4.1	Caracterização da área de estudo	42
2.4.2	Métodos e técnicas	47
2.4.3	Sujeitos e Participantes	51
2.4.4	Resultados e Discussão	53
3	CONCLUSÃO.....	61
	REFERÊNCIAS	62

1 INTRODUÇÃO

A criação de espaços territoriais especialmente protegidos vem se mostrando uma das principais táticas para a conservação da natureza. Em 2000, a Lei nº 9.985 instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC), elencando 12 categorias de manejo distintas, divididas em dois grupos (proteção integral e proteção de uso sustentável). Com exceção das estações ecológicas e das reservas biológicas, unidades absolutamente restritivas, todas as demais categorias de manejo de unidades de conservação podem ser abertas à visitação.

Por causa do crescimento da atividade turística, as unidades de conservação têm ficado cada vez mais expostas aos impactos provenientes da urbanização em suas áreas de entorno, e, ainda, à presença em massa de visitantes nem sempre sensíveis aos objetivos e à importância destas áreas (OMT, 2003).

O turismo sustentável representa uma tendência oposta à globalização porque suas preocupações preveem a manutenção da identidade e desenvolvimento do turismo com a participação ativa da população local (BENEVIDES, 1999). O turismo de base comunitária tem de ser desenvolvido em escala limitada, definida a partir dos recursos locais, potencialidades e restrições identificadas com a participação direta das populações envolvidas.

O Parque Estadual da Serra do Intendente (PESI) é administrado pelo Instituto Estadual de Florestas (IEF), e está localizado no município de Conceição do Mato Dentro, MG. O IEF está implantando no local a Estrada Ecológica do Charco, com o objetivo de ligar os dois atrativos mais visitados do PESI, bem como desenvolver o turismo de base comunitária na região. Para o IEF, o uso público é uma boa ferramenta para manutenção do espaço, uma vez que proporciona rentabilidade com pouca interferência no patrimônio. De um lado a Estrada margeará o Parque, e do outro fará divisa com propriedades particulares, terá onze quilômetros de extensão.

A Prefeitura Municipal de Conceição do Mato Dentro publicou em seu site oficial informações sobre a Estrada Ecológica do Charco, a mesma acredita que a estrada proporcionará acessibilidade, mais segurança aos visitantes e aumentará a atividade turística na região.

Pires e Alcantarino (2008, p. 03), defendem que a comunidade é parte do produto turístico, ela compõe o cenário que será consumido, e tem o direito legal de participar, decidir e se beneficiar do processo de elaboração dos planos para a localidade.

No turismo de base comunitária é indispensável a participação efetiva das populações locais, deste modo, não é possível que esse tipo de turismo seja resultante de uma decisão externa. Essa iniciativa deve ter motivação endógena e expressar o desejo dos grupos sociais locais.

O presente estudo parte da hipótese norteadora da existência de conflitos entre os interesses das unidades de conservação e as comunidades que vivem em seu entorno. Pádua (1987) e Diegues (1993) afirmam que as comunidades tradicionais residentes dentro e ao entorno de UC's, vivem em conflito com as mesmas porque muitas vezes seus anseios não são considerados na implantação e gestão das unidades.

Diante desse contexto, o objetivo geral do presente estudo foi ouvir os principais atores que serão diretamente afetados com a criação da Estrada Ecológica do Charco, afim de expor suas opiniões e aspirações, para que as mesmas possam servir como referencial para a tomada de decisões da gestão do parque, no que diz respeito à implantação e manutenção da Estrada. Vezzani (2008: 33), sugere que é possível o desenvolvimento sustentável do turismo, desde que algumas condições sejam cumpridas, entre elas a participação efetiva da sociedade local no desenvolvimento da atividade.

Os objetivos específicos foram: permitir que a comunidade local tivesse oportunidade de expressar suas reais aspirações à cerca da Estrada Ecológica. Considerar os principais impactos (negativos e positivos) que serão provenientes da Estrada, para que a administração do PESI possa tomar atitudes que minimizem os impactos negativos e maximizem os positivos. Identificar como os moradores lidam com a atividade turística na região, se possuem interesse em investir no turismo, e se identificam na região o potencial de ser desenvolvido o turismo de base comunitária. Este tipo de turismo não acontece sem a absoluta participação das pessoas das comunidades, com inteira responsabilidade e compromisso das mesmas (FIGUEIREDO, 2006).

A visitação às Unidades de Conservação tem aumentado muito nos últimos anos, principalmente em virtude da popularidade que o turismo ecológico vem alcançando. No entanto, é necessário conciliar o uso público com a preservação da biodiversidade e dos demais recursos naturais encontrados nas UC's. Não se deve proibir o turismo nas áreas protegidas, pois, mesmo que essa atividade gere impactos negativos, também oferece diversas vantagens, como a educação ambiental, o lazer em contato com a natureza, a geração de receitas para a UC e a geração de renda para a população do entorno.

Todavia, os riscos associados à atividade turística devem ser considerados, entre eles destacam-se a destruição da vegetação, a erosão nas trilhas, o lixo deixado pelos visitantes,

além de ameaças que afetam a evolução dos ecossistemas e o comportamento da fauna. Concordamos com Irving (2009), no que diz respeito ao turismo, o desafio da atualidade está em propor percepções e alternativas criativas e inovadoras de um tipo de turismo que leve em consideração as especificidades locais e que as identidades envolvidas sejam vistas como elemento central do processo turístico.

Rodrigues (2000:172), adverte que a chegada do turismo, invariavelmente, implica em mudança no modo de vida das populações tradicionais. Pádua (1987), faz diversas críticas à forma como se tem instituído unidades de conservação no Brasil, um dos aspectos é a criação de unidades de conservação sem a participação da comunidade local.

Torna-se necessário então, que tais populações tenham seu direito de participação resguardado no que diz respeito às tomadas de decisões da gestão das Unidades de Conservação; a presente pesquisa se desenvolveu com o intuito de que esse direito fosse assegurado.

2 ANCORAGEM TEÓRICA

Marconi; Lakatos (2002), apontam para a necessidade de registrar na própria pesquisa a fonte e referência de onde foram retiradas as informações. Silveira (2004), denomina este procedimento de revisão de literatura, no presente trabalho o trataremos como referencial teórico.

2.1 A CRIAÇÃO DOS PARQUES NATURAIS: GÊNESE E EVOLUÇÃO

Segundo a União Mundial para a Conservação da Natureza (UICN), as Unidades de Conservação podem ser determinadas como área terrestre e/ou marinha especialmente dedicada à proteção e manutenção da diversidade biológica e dos recursos naturais e culturais associados (UICN, 1994:7).

De acordo com Medeiros (2003), as áreas protegidas são espaços territorialmente demarcados cuja principal função é a conservação e/ou a preservação de recursos, naturais e/ou culturais, a elas associados. Röper (1999, p. 45), enfatiza que sob o ponto de vista geográfico, podemos entender as unidades de conservação como uma forma de institucionalização do espaço e uma expressão de seu controle político.

Diegues (1998) afirma que as bases teóricas e legais para se conservar grandes áreas naturais foram definidas na segunda metade do século XIX, com a criação do Parque Nacional de Yellowstone, em 1872, na região nordeste de Wyoming, nos Estados Unidos. Após a realização de vários estudos, foi criada a primeira área com status de Parque Nacional do mundo, o de Yellowstone, passando a ser uma região reservada e proibida de ser colonizada, ocupada ou vendida segundo as leis americanas (MILLER, 1980, apud DIEGUES, 1993).

Dubos (1981, p. 27), relata que a experiência com o ambiente selvagem tornou-se assunto relevante nas conversas, na literatura e na pintura, mudando rapidamente a atitude das pessoas com relação à Natureza à partir do século XIX.

Outros Parques foram criados seguindo o modelo de Yellowstone, no Canadá (1885), na Nova Zelândia (1894), na Austrália e na África do Sul (ambos em 1898); Quintão (1983) ressalta que todos esses países viviam processos semelhantes ao americano, ou seja, de severos danos ao ambiente causados por empresas de migrantes europeus.

Havia duas visões de conservação: a “preservacionista” (encabeçada por John Muir) que enfatizava a reverência à natureza no sentido da apreciação estética e espiritual da vida

selvagem, e a visão “conservacionista” (defendida por Gifford Pinchot), que pregava o uso adequado e criterioso dos recursos naturais (DIEGUES, 1998).

Diegues (1993) enfatiza que a postura preservacionista na criação de parques nacionais acabou gerando conflitos afetando populações de extrativistas, pescadores e índios, em países do Terceiro Mundo.

Nos países de Terceiro Mundo vários problemas foram desencadeados com a criação de parques que seguiram o “modelo Yellowstone”. Os problemas incluíam desde as restrições de acesso e uso dos recursos naturais – impostas pelo poder público – até a retirada forçada dos moradores de seus territórios ancestrais (DIEGUES, 1998). Os problemas ambientais, além de atingir as colônias por causa da intensa exploração de recursos, apareciam também nas sedes dos próprios países industrializados (OLIVEIRA, 1999).

Botkin (1990), descreve o caso do Tsavo National Park da África do Leste, onde a política desenvolvida pela administração do parque para proteger a população de elefantes desencadeou uma séria deterioração da terra no interior dos limites da área. Todavia, o entorno habitado pelas comunidades humanas expulsas permaneceu florestado e preservado.

Para Serrano (1997), os parques provocam um paradoxo ao vincular a proteção ambiental, restringindo qualquer atividade de exploração dos recursos, ao usufruto para o lazer e, por extensão, para o turismo.

Além da proteção de belezas cênicas admiráveis, a criação de novos parques acrescentou outros ensejos como a preservação da biodiversidade faunística, florística e dos bancos genéticos (GHIMIRE, 1993 apud BRITO, 2000b). Porém, a criação de parques em áreas que já eram habitadas por populações tradicionais, ocasionou sua remoção, como aconteceu com os Maasai no Quênia e com os pescadores artesanais no Canadá (WEST & BRECHIN, 1991, apud BRITO, 2000b).

Dubos (1981, p. 29), afirma que a necessidade de proteger os ecossistemas naturais é também uma expressão de profundos valores humanos. Segundo o autor, não vivemos em regiões selvagens, mas necessitamos delas para nosso bem-estar biológico e psicológico.

Até 1949 haviam apenas 407 áreas protegidas em todo o mundo, em 2001, de acordo com o World Resources Institute, havia 28.442 unidades de conservação terrestres (categorias I a V da UICN, 1994)¹, perfazendo mais de 850 milhões de hectares dentro dos Sistemas Nacionais de Proteção.

Hoje em dia, em nível internacional, vigoram as seguintes categorias de unidades de Conservação: Parque Nacional, Reserva Biológica, Monumento Natural, Floresta Nacional, Santuário da Vida Silvestre, Reserva da Fauna, Monumento Cultural, Estrada Parque, Reserva

de Recursos, Área de Uso Limitado, Reserva do Patrimônio Mundial, Reserva da Biosfera (MILANO apud AMARAL, 1998).

Juntamente com a revolução industrial vieram transformações políticas, culturais, econômicas, sociais e ambientais. Thomas (1996), defende que o crescimento populacional e a insalubridade do ambiente urbano, teriam provocado um sentimento antiagregativo e, por consequência, uma nova sensibilidade e uma atitude de contemplação da natureza selvagem.

Apenas depois da revolução industrial surgiram movimentos mais abrangentes de proteção de áreas naturais com a finalidade de uso público. Para Milano (2000), esse fato, possivelmente, é proveniente do crescente número de pessoas em rotinas de trabalho fabris que demandavam por espaços para recreação ao ar livre.

Os primeiros dispositivos voltados à proteção de áreas ou recursos em terras brasileiras têm seu registro no período colonial. São exemplos o “Regimento do Pau-Brasil” de 1605, e a Carta Régia de 1797 (MIRANDA, 2004). O Regimento do Pau Brasil estabelecia rígidos limites à prática de exploração do pau-brasil na colônia:

Primeiramente, hei por bem, e Mando, que nenhuma pessoa possa cortar, nem mandar cortar o dito pau brasil, por si, ou seus escravos ou Feitores seus, sem expressa licença, ou escrito do Provedor mór de Minha Fazenda, de cada uma das Capitanias, em cujo distrito estiver a mata, em que se houver de cortar; e o que o contrário fizer encorrerá em pena de morte e confiscação de toda sua fazenda (MIRANDA, 2004:2).

A Carta Régia assegurava ser necessário tomar as precauções para a conservação das matas no Estado do Brasil, e evitar que elas se arruinassem ou fossem destruídas (CARVALHO, 1967).

As primeiras desapropriações de terras com o objetivo de proteger áreas de relevância ecológica tiveram início em 1844, com a decisão do Governo Imperial de replantar toda a vegetação local segundo indicação de D. Pedro II. O Barão de Bom Retiro, Ministro dos Negócios do Império, em 1857, principiou a desapropriação das fazendas. Em 1861, criou as Florestas da Tijuca e das Paineiras, com o objetivo de resguardar os recursos hídricos da região (BARRETO-FILHO, 2004).

Dentre os séculos XVII e XVIII, a Coroa Portuguesa realizou o levantamento dos recursos naturais na bacia do Amazonas e fechou sua navegação a embarcações estrangeiras, buscando reafirmar sua soberania sobre esta região, impondo uma política de severo controle e acesso aos recursos (BECKER, 2000; 2001).

No Brasil, a forma do Parque Nacional foi estabelecida pelo artigo 9º do Código Florestal, em 1934, que definiu parques nacionais como monumentos públicos naturais que

perpetuam, em sua composição florística primitiva, trechos do país que, por circunstâncias peculiares, o mereçam (Brasil, 1934).

Segundo Serrano (1997), ainda que desde o final do século passado alguns personagens viessem propondo a criação de parques nacionais, apenas com a instituição do Código Florestal, em 1934, é que se abriu probabilidades para o surgimento de unidades de conservação mais abrangentes do que as antigas reservas e hortos florestais.

O Parque Nacional de Itatiaia, criado em 1937 no Rio de Janeiro, foi a primeira área protegida do Brasil (DIEGUES, 2001).

Em 1944, a partir decreto no 16.677, atribui-se à Seção de Parques Nacionais ao Serviço Florestal, o encargo de orientar, fiscalizar, coordenar e elaborar programas de trabalho para os parques nacionais. Atribuiu também ao Serviço a responsabilidade de promover estudos da flora, fauna e geologia das respectivas regiões; organizar museus e herbário regionais. Além de estabelecer os objetivos dos Parques Nacionais: conservar para fins científicos, educativos, estéticos e recreativos as áreas sob sua jurisdição. (BRASIL, 1944).

O Código Florestal Brasileiro (Lei no 4.771), instituído em 1965, no art. 5º dizia que o Poder Público devia criar Parques Nacionais, Estaduais e Municipais e Reservas Biológicas, com o objetivo de proteger características excepcionais da natureza, conciliando a proteção integral da flora, da fauna e das belezas naturais com a utilização para objetivos educacionais, recreativos e científicos.

Segundo Quintão (1983), foram criados doze parques nacionais, três deles no estado de Goiás e um no Distrito Federal entre os anos de 1959 e 1961. A expansão da fronteira agrícola para Amazônia gerou a criação de algumas unidades de conservação importantes nessa região. De acordo com o autor essas propostas partiram, sobretudo, de preocupações científicas e ambientalistas, por causa do rápido desmatamento na Amazônia.

Em relação aos parques, somente em 1979, através do Decreto 84.017, é definido o Regulamento dos Parques Nacionais Brasileiros. Para Serrano (1997), outra evidência de descaso pode ser comprovada na demora na elaboração dos planos de manejo das unidades já existentes – o primeiro, o do Parque Nacional de Itatiaia, foi feito 40 anos após sua criação.

Para Pádua (1987), ainda que no Brasil, os movimentos em defesa da natureza sejam originados e mais difundidos nas populações urbanas e de classe média, não se pode minimizar a sua importância na ampliação da cultura ambientalista nacional. O autor, entretanto, faz diversas críticas à forma como se tem instituído unidades de conservação no Brasil. Um dos aspectos é a propagação de unidades sem base técnica e, às vezes, sem necessidade. Pádua ressalta ainda que interesses locais e/ou pessoais de representantes políticos têm levado à

criação de unidades de conservação sem estudos prévios, sem planejamento, sem consulta pública, sem recursos para implantação e para o manejo. Outra crítica diz respeito à implantação de unidades de conservação em categorias inadequadas e ao fato de algumas áreas de unidades serem pequenas para atender à preservação da biodiversidade.

Segundo Machado (1989), a legislação brasileira estabelece que os parques são bens de domínio da União, estados ou municípios e destinados ao uso comum da sociedade. Quando a área abrangida é pública, o decreto de criação configura a destinação do bem público, tornando-o inalienável e indisponível, porém se a área é privada, o poder público necessita solicitar a desapropriação.

Para Anjos (2008:64), existem diferentes tipos de territorialidades que se afrontam nos lugares turísticos: a territorialidade dos que aí vivem frequentemente, e a territorialidade nômade dos que só passam, mas que não têm menos necessidade de se apropriar, mesmo fugidamente, dos territórios que visitam.

O sistema de classificação proposto pela UICN em 1994, incluiu os povoamentos indígenas em todas as categorias de áreas protegidas, permitindo o resgate das terras pelos povos inicialmente excluídos. Os objetivos a serem alcançados pela política mundial de criação de unidades de conservação, no âmbito nas diferentes categorias de manejo (UICN, CPNAP, CMMC, 1994) são:

1. pesquisa científica;
2. proteção da vida selvagem;
3. preservação de espécies e da diversidade genética;
4. manutenção dos serviços de meio ambiente;
5. proteção de aspectos naturais e culturais específicos;
6. recreação e turismo;
7. educação;
8. uso sustentável de recursos de ecossistemas naturais; e
9. manutenção de atributos culturais tradicionais.

Atualmente as Unidades de Conservação (UC's) no Brasil são regulamentadas pelo o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC). Instituído pela Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000. De acordo esta Lei, entende-se por Unidades de Conservação:

Espaços territoriais e seus componentes, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, de domínio público ou privado, legalmente instituídos pelo Poder Público, com objetivos de conservação e de limites definidos, sob regime especial de administração, às quais se aplicam garantias adequadas de proteção (Art. 2º).

Somente após o ano 2000, com o SNUC, foram definidos critérios e normas para a implantação e gestão das unidades de conservação. Entretanto, a questão dos povoados indígenas ainda é contestável, pois a presença de populações tradicionais dentro das unidades de conservação só está prevista em Reservas Extrativistas e de Desenvolvimento Sustentável.

O Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC, 2000) classifica as Unidades de Conservação brasileiras em duas categorias:

1 - Unidades de Proteção Integral ou de uso indireto dos recursos naturais: (Parque Nacional, Reserva Biológica, Estação Ecológica, Monumento Natural e Refúgio da Vida Silvestre.

2 - Unidades de Uso Sustentável ou de uso direto dos recursos: Área de Proteção Ambiental - APA, Reserva Extrativista – RESEX, e Floresta Nacional – FLONA, Área de Relevante Interesse Ecológico, Reserva de Fauna, Reserva de Desenvolvimento Sustentável, Reserva Particular do Patrimônio Natural - RPPN.

De acordo com Instituto Estadual de Florestas (IEF, 2014):

O Parque Estadual tem como objetivo básico a preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, possibilitando a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico. Pertence à categoria de unidades de conservação de proteção integral e é de posse e domínio públicos.

O IEF prevê ainda que a visitação está sujeita às normas e restrições estabelecidas no Plano de Manejo da unidade, às normas estabelecidas pelo órgão competente e àquelas previstas no regulamento da unidade. A pesquisa científica só poderá ser realizada com a autorização prévia do IEF e está sujeita às condições e restrições por este estabelecidas.

Parque Estadual é uma categoria de unidade de conservação, que se destaca pela grande beleza cênica e relevância ecológica. Os parques são criados com a intuito de preservar a fauna e flora nativa, espécies ameaçadas de extinção, os recursos hídricos, as formações geológicas. Cabe aos parques ainda, conservar valores culturais, históricos e arqueológicos e promover estudos e pesquisas científicas, educação e ambiental e turismo ecológico (IEF, 2014).

2.2 A CRIAÇÃO DO PARQUE ESTADUAL SERRA DO INTENDENTE

O Parque Estadual Serra do Intendente (PESI) foi criado no dia 29 de março de 2007, e possui área de 13.508,83 hectares. O Parque está localizado na Serra do Espinhaço, região reconhecida pela UNESCO em 2005 como Reserva da Biosfera, mais precisamente na região da Serra do Cipó. Os distritos de abrangência são Tabuleiro e Itacolomi, ambos pertencentes à Conceição do Mato Dentro, MG.

A sede administrativa do Parque Estadual Serra do Intendente, está situada no Distrito de Tabuleiro – Conceição do Mato Dentro/MG - CEP 35.860-000, e pertence à Prefeitura Municipal de Conceição do Mato Dentro. O PESI sobrepõe o Parque Natural Municipal Ribeirão do Campo e a gestão de ambos é feita de forma compartilhada.

Saindo de Belo Horizonte, o acesso é feito pela Rodovia Estadual MG-10, passando pelos municípios de Vespasiano, Lagoa Santa, Jaboticatubas e Santana do Riacho e Conceição do Mato Dentro. Distância de Belo Horizonte: 181 km (aproximadamente). Fonte: IEF, 2014.

Conforme informações disponibilizadas pela PUC-MINAS¹, o tombamento da RBSE se justifica porque a Serra do Espinhaço abriga 67% das espécies de plantas ameaçadas de extinção em Minas Gerais. A Serra do Cipó, que por ser a mais estudada, sabe-se que abriga o maior número de espécies endêmicas da flora e fauna brasileira. O Zoneamento da RBSE identificou como área total 3.076.457,8 ha, sendo a área das zonas núcleo de 204.522,14 ha; a área da zona de amortecimento de 1.979.996,65 ha e a área da zona de transição de 991.939,01 ha.

A Serra do Espinhaço serviu de marco de orientação para o desbravamento e a colonização dos gerais. É a serra divisora do sertão e do mato-a-dentro, ou seja, do cerrado e da mata atlântica. À oeste, o sertão, com imensos tabuleiros dos gerais, com suas árvores retorcidas e clima mais seco. A leste, a floresta atlântica, os grandes vazios demográficos, ocupados então apenas por esparsas tribos de índios. GOULART (2001: 40).

Vários fatores contribuíram com a necessidade de implantação do PESI, entre eles o apelo da comunidade frente as autoridades locais pedindo a proteção das belezas naturais da região. O Parque Natural Municipal Ribeirão do Campo, que já existia desde 1998, possui apenas 3.150 há, e não protegia todas os atrativos naturais da Serra do Intendente.

A criação do PESI reforça o trabalho do Governo do Estado na proteção ao complexo do Espinhaço, reconhecido como Reserva da Biosfera em 2005, pelo programa ‘Homem e

¹ Disponível em;

<<http://www1.pucminas.br/jornal/materia.php?codigo=181&lateral=1&cabecalho=5&menu=929>>. Acesso em julho de 2014.

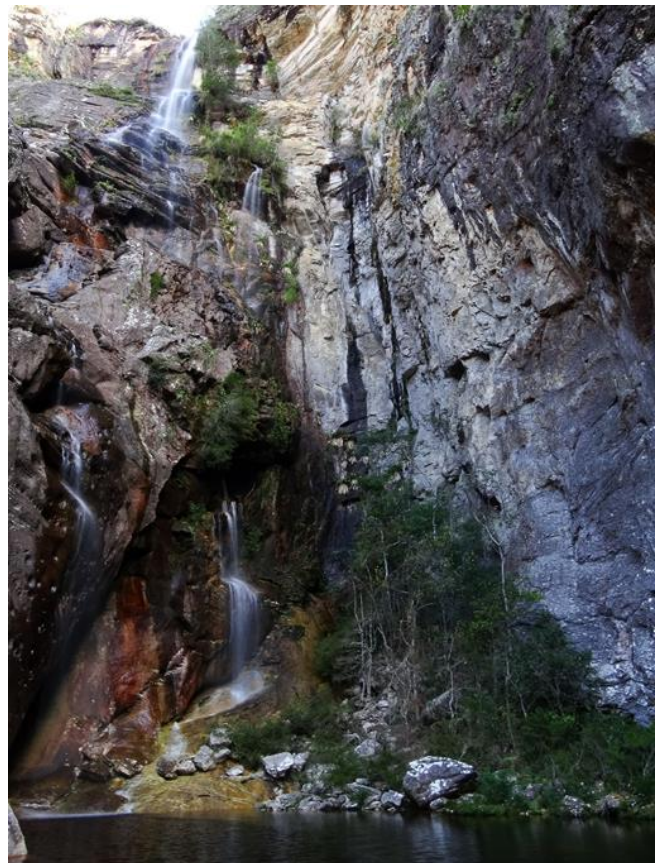
Biosfera', da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco). O Parque Estadual da Serra do Intendente, juntamente com o Parque Nacional da Serra do Cipó e a Área de Proteção Ambiental do Morro da Pedreira, formam um corredor contínuo de unidades de conservação nas altas terras da Serra do Espinhaço. Fonte: IEF, 2014.

Entre os atrativos turísticos do PESI destacam-se a Cachoeira do Rabo de Cavalo, que possui duas quedas e mais de 140 metros de altura; a Cachoeira Congonhas; o *cânion* do Peixe Tolo, e a cachoeira Bocaína localizada em seu interior (Fotografias 1, 2, 3 e 4, respectivamente); além do *cânion* do Rio Preto, a cachoeira da Fumaça e a do Zé Cornicha, entre outros atrativos. A Cachoeira do Tabuleiro (Fotografia 4), apesar de estar inserida em área que o Parque Estadual Serra do Intendente sobrepõe o Parque Natural Municipal do Tabuleiro, e hoje é administrado pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Conceição do Mato Dentro.

A presença de corredeiras e piscinas naturais, graças ao relevo acidentado, compõe um cenário de beleza ímpar desta área, que além da flora e fauna exuberantes, elevam o potencial turístico da área. A unidade tem seu limite Oeste, coincidindo com o limite da APA do Morro da Pedreira – Unidade de Conservação Federal de responsabilidade do ICMBIO - e Noroeste com a APA Serra Talhada – Unidade de Conservação de responsabilidade da Prefeitura Municipal de Congonhas do Norte. Fonte: IEF, 2014.



Fotografia 1: Cachoeira Rabo de Cavalo. Fonte: Autora



Fotografia 2: Cachoeira Congonhas. Fonte: Autora.



Fotografia 3: Cânion do Peixe Tolo. Fonte: Autora.



Fotografia 4: Cachoeira Bocaina. Fonte: Autora.



Fotografia 5: Cacheira do Tabuleiro. Fonte: Autora.

2.2.3 Aspectos históricos

Em 1943, o município de Conceição passou a denominar-se Conceição do Mato Dentro. Pelo mesmo decreto-lei estadual desmembra do município de Conceição do Mato Dentro os distritos de Passabém e Itacuru, para formar o novo município de Santa Maria de Itabira.

Conceição do mato Dentro é um dos maiores municípios da parte do central de Minas Gerais e possui hoje dez distritos: Conceição do Mato Dentro, Brejaúba, Córregos, Costa Sena, Itacolomi, Ouro Fino do Mato Dentro, Santo Antônio do Norte, São Sebastião do Bonsucesso, Senhora do Socorro e Tabuleiro do Mato Dentro, GONTIJO (2007). Entretanto, o município era muito maior, o IBGE dá uma ideia da grande área que fazia parte de Conceição do Mato Dentro:

Conceição do Mato Dentro, outrora um dos maiores municípios da região Central do Estado, abrangia com seu território toda a Serra do Cipó, da cordilheira Espinhaço ou Serra Geral, numa extensão de mais de cem quilômetros em linha reta, do Rio Paraúna ao Tanque, alongando-se ainda para o nascente até o atual município de Guanhães. IBGE (2010:1)

Considerada a “Capital Mineira do Ecoturismo”, Conceição do Mato Dentro encontra-se na Região Central de Minas Gerais, na vertente oriental da Serra do Cipó da Cordilheira do Espinhaço. Integra o Circuito Estrada Real e o Circuito Serra do Cipó. O município dispõe de um patrimônio natural singular, manifestado nos raros ecossistemas que compõem a Serra do Espinhaço, e portanto, possui um grande potencial turístico. Fonte: Prefeitura Municipal de Conceição do Mato Dentro, 2014.

No final dos anos 90, a cachoeira do Tabuleiro foi medida e declarada a maior de Minas Gerais e a terceira maior do Brasil. Os turistas que visitavam a Serra do Cipó e iam, no máximo até Santana do Riacho, começaram a subir até Conceição do Mato Dentro. A prefeitura criou o Parque Municipal Ribeirão do Campo em 1998, bem como a APA municipal Serra do Intendente, que posteriormente teve sua área ampliada, tornando-se o Parque Estadual da Serra do Intendente, o mesmo possui esse nome devido a relatos de que o próprio Intendente Câmara possuía uma pequena casa no alto da Serra. Fonte: IEF, 2014.

Pela lei nº 336, de 27-12-1949, é criado o distrito de Itacolomi e anexado ao município de Conceição de Mato Dentro.

Pela lei nº 1741, de 30-09-2003, é criado o distrito de Tabuleiro do Mato Dentro e anexado ao município de Conceição do Mato Dentro. Em 2005 a Serra do Espinhaço, foi reconhecida pela UNESCO como Reserva da Biosfera. Em 2007, foi criado o Parque Estadual Serra do Intendente. Fonte: Prefeitura Municipal de Conceição do Mato Dentro, 2014.

A respeito da origem do nome do distrito do Tabuleiro, são muitas as histórias contadas. A Prefeitura Municipal, em seu site oficial, conta várias histórias: que a denominação está vinculada aos tabuleiros utilizados no passado para o transporte de mercadorias até Conceição do Mato Dentro ou às serras que parecem tabuleiros. Ou ainda, que diz respeito aos locais de

plantação – os tabuleiros. O que se sabe ao certo é que seu surgimento está vinculado com descendentes de famílias de alemães, que ocupavam a região do povoado de Cubas para trabalhar nas forjas de ferro.

Gontijo (2007:5), ressalta a importância do município de Conceição do Mato Dentro:

Tradicional rota de peregrinações, apenas recentemente Conceição do Mato Dentro teve seu acesso pavimentado o que, por si só, é um forte indutor de transformações espaciais. Não bastasse esse fato, Conceição traz consigo sua bagagem e importância histórica e está situada num ponto estratégico no que diz respeito a convergências turístico-espaciais: tem grande extensão territorial; está a meio caminho do trecho da Estrada Real entre Ouro Preto e Diamantina; é atalho para quem chega de Belo Horizonte e quer conhecer o outro lado da serra do Cipó; possui uma série de potencialidades turístico-paisagísticas capitaneadas pela maior cachoeira de Minas, qual seja, a do Tabuleiro. GONTIJO (2007:5)

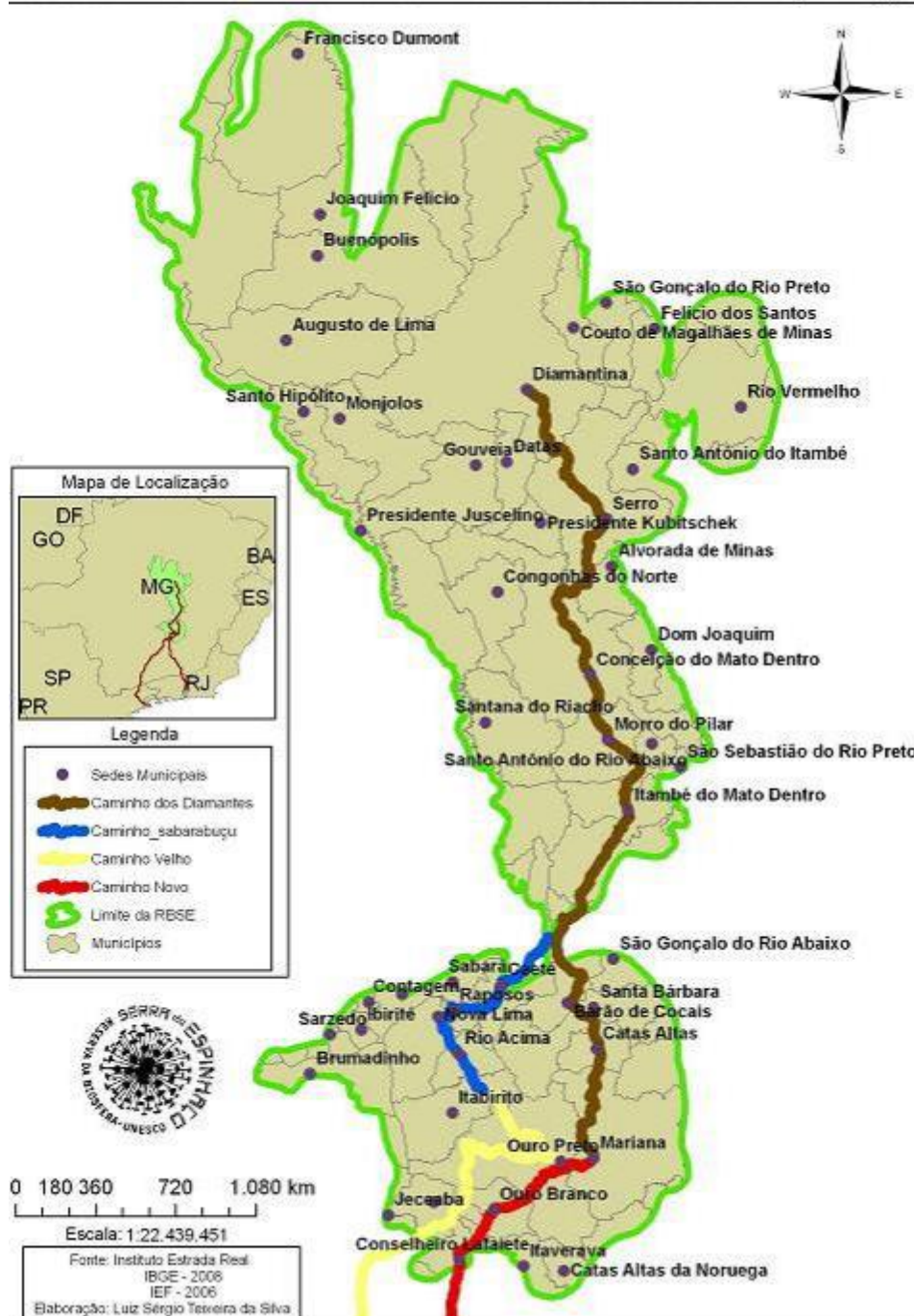
Todos os municípios próximos à Serra do Cipó, exceto de Baldim, estão inseridos no eixo definido pelo Instituto Estrada Real¹ (IER). Este eixo está sobreposto, em boa parte, com a Reserva da Biosfera da Serra do Espinhaço (ver mapa 1). Os idealizadores explicam o que consideram como Estrada Real:

Inicialmente, o caminho ligava a antiga Villa Rica, hoje Ouro Preto, ao porto de Paraty, mas pela necessidade de uma via de escoamento mais segura e mais rápida ao porto do Rio de Janeiro e, também por imposição da Coroa foi aberto um "caminho novo". A rota de Paraty passou a ser o "caminho velho", a partir do século XVIII. Com a descoberta das pedras preciosas na região do Serro, a estrada se estendeu até o Arraial do Tejuco (atual Diamantina), deixando Ouro Preto como o centro de convergência da Estrada Real. Assim se formou o complexo da Estrada Real, ou seja, mais de 1600 km de patrimônio, cercado de montanhas, natureza, cultura e arte. IER (2010).²

Ferreira (2010), sugere que a maioria das mudanças que acontecerem na Serra do Cipó foram causadas, ou influenciadas, pelos acessos viários. Segundo o autor, a Serra pode ser vista de dois ângulos, o Leste, onde o turismo teve início (1970 / 1980) e foi cadenciado pelo asfaltamento da MG10; e o Oeste, onde o turismo começou mais tarde (1990/2000), e a maioria dos acessos ainda não foi pavimentada, essa região abrange a antiga Estrada Real (GOULART, 2009).

² O Instituto Estrada Real é uma sociedade civil sem fins lucrativos, criado por iniciativa da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais – FIEMG com o objetivo de desenvolver o turismo na Estrada Real, e criar oportunidades de negócio para a indústria mineira.

Estrada Real na Reserva da Biosfera da Serra do Espinhaço



Mapa 1: Eixo da Estrada Real sobreposto a RBSE. Fonte: RBSE-UNESCO, 2013.

Em 2012 foi a Cachoeira do Tabuleiro foi eleita, com mais de 40 mil votos, uma das “7 Maravilhas da Estrada Real”. O concurso foi realizado pelo Instituto Estrada Real, órgão ligado à Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (Fiemg). Por estes e outros fatos, hoje, toda a comunidade do lugar está inserida no desenvolvimento do turismo, principalmente o de natureza, e também na agricultura familiar, bases da economia local. Entretanto, a implantação de um grande projeto de mineração a oeste do município, no distrito de São Sebastião do

Bonsucesso, fez com que Conceição do Mato Dentro tivesse sua rota rumo ao ecoturismo mudada, uma vez que os esforços municipais se voltaram para a implantação deste projeto da Anglo Ferrous³. Os meios de hospedagem da sede, que anteriormente eram destinados aos turistas que chegavam nos feriados e finais de semana, hoje estão funcionando em função do fluxo constante gerado pelos trabalhadores da mineradora nos dias úteis. Fonte: Prefeitura Municipal de Conceição do Mato Dentro, 2014.

2.2.4 Aspectos geográficos

O parque Estadual Serra do Intendente (PESI) está inserido nos distritos de Tabuleiro e Itacolomi, ambos pertencentes ao município de Conceição do Mato Dentro, MG, encontrando-se entre as coordenadas de 19°43'S e 43W. Apresenta um clima quente e temperado. O verão tem muito mais pluviosidade que o inverno. A classificação do clima da região é Cwa de acordo com a Köppen e Geiger. A temperatura média anual é 21 °C, e a pluviosidade média anual é de 1682 mm. Fonte: Prefeitura Municipal de Conceição do Mato Dentro, 2014.

O Parque apresenta bom estado de conservação da vegetação que inclui matas de galeria, cerrado, cerradão e florestas estacionais semidecíduais. O campo rupestre está bem conservado e os locais onde sofreu desmatamento por incêndios florestais e outros tipos de ações antrópicas apresentam boas possibilidades de recuperação. As florestas estacionais semidecíduais estão localizadas em áreas de encostas, nascentes d'água, margens de córregos, sendo de extrema importância para a manutenção dos corpos d'água. Fonte: IEF, 2014.

Seguiremos o conceito de Gontijo (2008), sobre a área da Reserva da Biosfera da Serra do Espinhaço, a qual está completamente inserida no estado de Minas Gerais. A RBSE compreende uma área de 3.070.000 hectares. Sua área de abrangência, começa pelas serras de Ouro Preto e Ouro Branco, alcançando também as serras do Caraça, Catas Altas e Barão de Cocais, na região de Santa Bárbara. Próximas a Belo Horizonte estão as Serras da Piedade, Moeda, Curral e Cipó. A Serra do Cabral encontra-se na região do Alto São Francisco, assim como Diamantina, Serro e Itambé, sendo esta última na região do Alto Jequitinhonha

Muitos naturalistas que viajaram por várias partes do Brasil, incentivados por Dom João VI, no século XIX, visitaram a região da Serra do Cipó. O objetivo da realza era mapear e conhecer os recursos naturais que existiam no Brasil e que ainda não haviam sido estudados e

³ A Anglo Ferrous Metals atua nos mercados de minério de ferro, manganês e aço carbono. É uma das empresas do bloco da Anglo American, um dos maiores grupos em mineração e recursos naturais do mundo, com atividades em todo o planeta.

inventariados. O naturalista Langsdorff, participou destas expedições, vale citar trechos de seus diários, que relatam sobre o cerrado:

Subi o morro mais alto ao sul, em frente à casa. Segundo o barômetro, ela fica a 4.700 pés; com mais 500 pés que subi, cheguei a 5.200 pés de altura. A vegetação fica cada vez mais baixa e de uma variedade sem precedentes. A natureza se mantém fiel às suas leis, ao seu regime e tendências. Aqui ela assume novas formas, com novas e raras espécies e gêneros. (1825: 231)

[...] Praticamente todas as árvores são atrofiadas devido às queimadas, ventos ou outros fatores eventuais; são pequenas, tortuosas e cheias de galhos retorcidos. É estranho como todas as árvores de campos tem córtex grosso e com várias fissuras, como se a natureza quisesse protegê-las das chamas das queimadas anuais, que atingem apenas as gramíneas secas e alguns arbustos e plantas áridas de verão. LANGSDORFF (1825:244)

O rio Santo Antônio é considerado o mais importante da região, no que diz respeito à Bacia do Rio Doce. Segundo o ICMBio (2009):

Nas vertentes orientais, que drenam para o rio Doce, o rio mais importante é o Santo Antônio. Nestas vertentes, os rios têm nascentes e cursos iniciais bastante encaixados, e é comum a formação de cacimbas, como sugerem os nomes rio Tanque, e rio Entancado. Em seguida, drenam por terrenos ondulados suaves, formando, em diversos pontos, profundos pacotes aluvionais. Os rios que nascem na porção norte do Parque Nacional da Serra do Cipó, com destaque para o rio do Peixe, que nasce no Travessão e o rio Preto, que nasce no Salitreiro, com diversos tributários menores, drenam para o Santo Antônio. ICMBio, encarte 2 (2009:19)

Conceição do Mato Dentro, faz parte dos municípios integrantes região da Serra do Cipó (ver mapa 2), o Rio Santo Antônio atravessa a cidade.

Quase toda a região considerada como Serra do Cipó está inserida em uma grade UC, a Reserva da Biosfera da Serra do Espinhaço. O Parque Estadual Serra do Intendente faz parte das unidades de conservação da região Serra do Cipó (ver mapa 3). Cerca de 40% da área da Serra é composta por outros tipos de UC's e que possuem uma série de restrições para uso do solo.

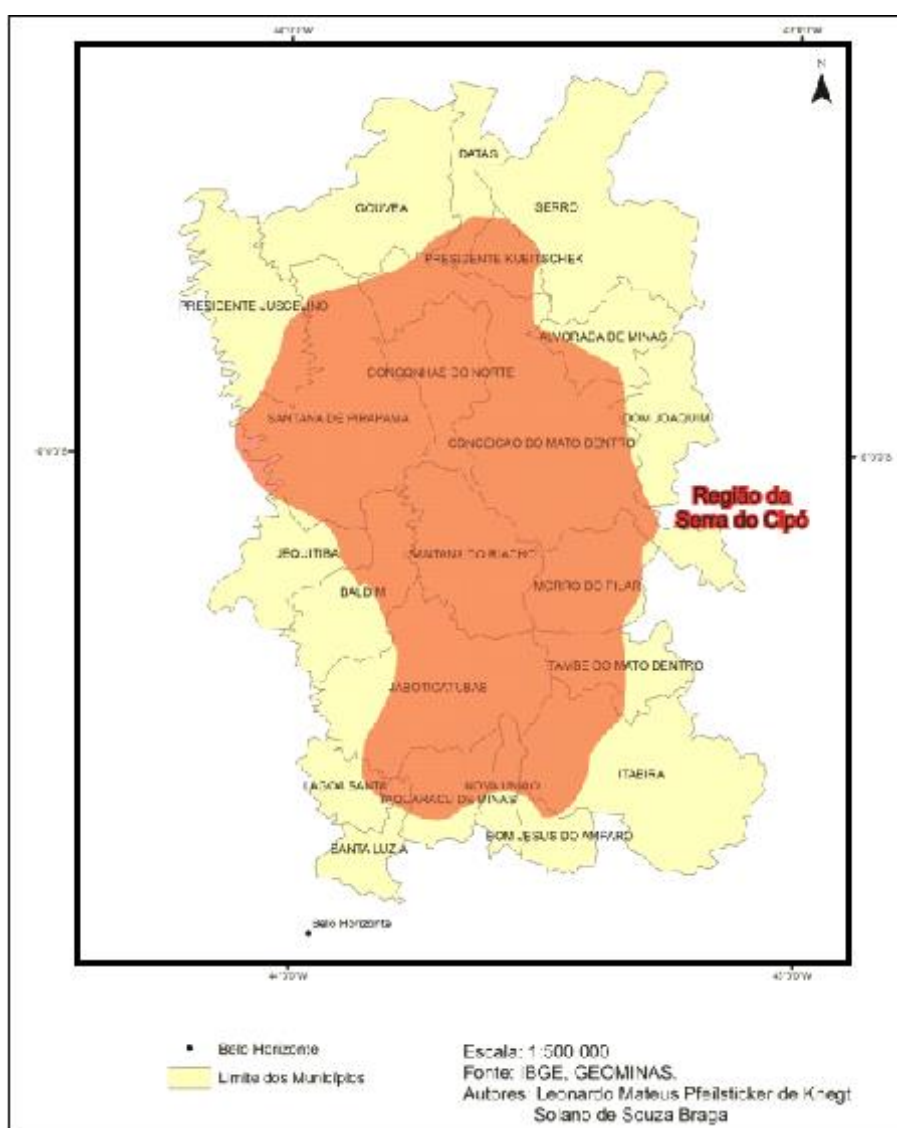
Estas UC's (ver mapa 3), tendem a ser agrupadas em mosaicos, já existe movimentação para a criação do mosaico Cipó – Intendente, é o que afirmam Henri Collet (PARNA Serra do Cipó) e Miguel Andrade (RBSE-MG)⁴, segundo os autores, a existência da intenção de criar o mosaico, é uma evidência de como as UC's são importantes para a identidade da Serra do Cipó, havendo um senso comum de que ela é um ambiente que deve ser preservado (ver anexo 1). Além da ideia de preservação, inclui-se também outras duas, a de beleza e a de patrimônio. Pode-se notar ainda no mapa 3, que o PESI, será ampliado, com a criação do mosaico Cipó-Intendente.

⁴ Seminário Internacional sobre Reservas de Biosfera, Serviços e Indicadores de -Sustentabilidade (Ouro Preto, 2010): Assinatura do protocolo de intenções para a criação do Mosaico “Cipó - Intendente”: campos rupestres e ecossistemas associados da Serra do Espinhaço. Fonte: ICMBio.

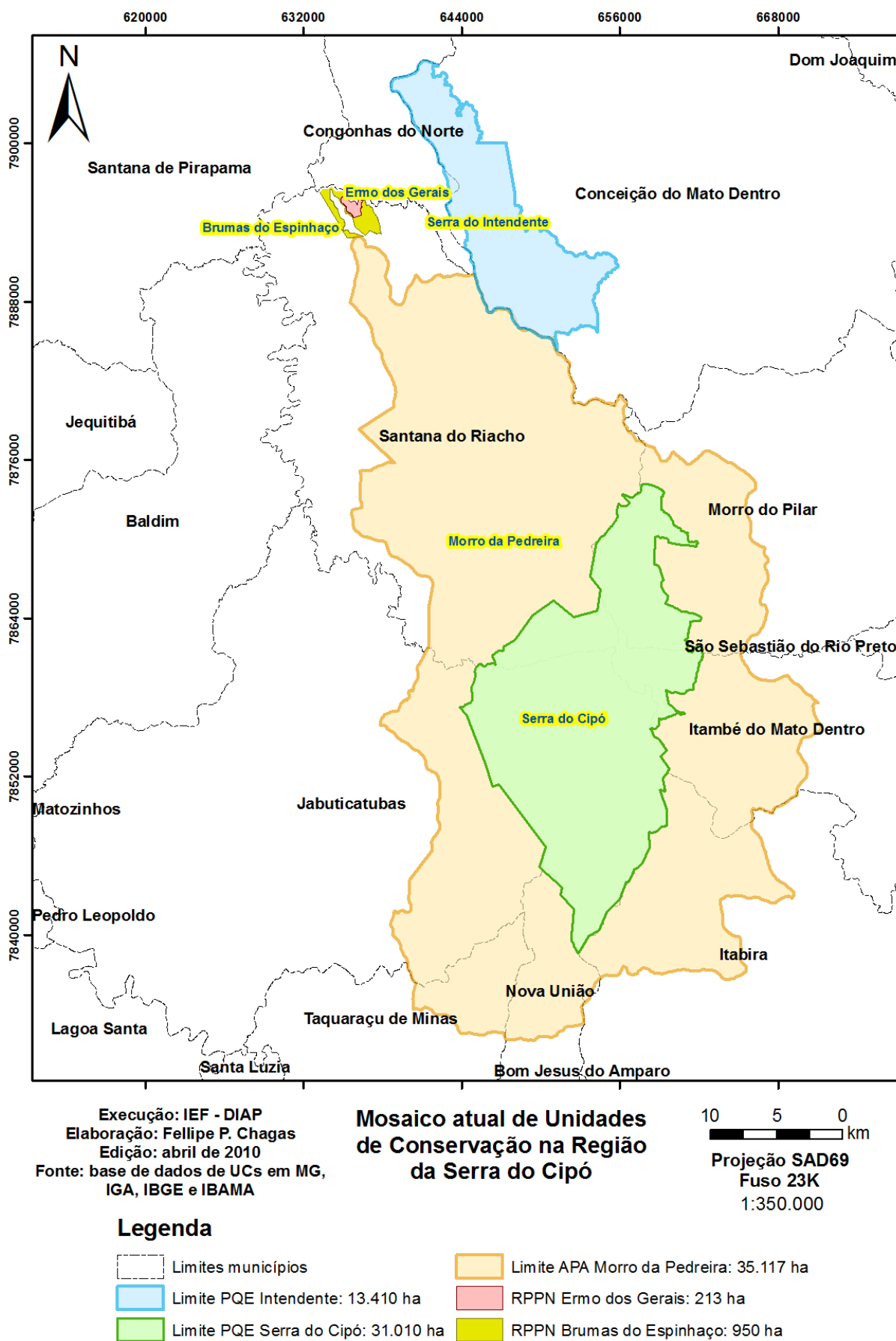
O conceito de mosaicos foi instituído pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), na Lei Federal Nº 9.985-00: Art. 26.:

Quando existir um conjunto de unidades de conservação de categorias diferentes ou não, próximas, justapostas ou sobrepostas, e outras áreas protegidas públicas ou privadas, constituindo um mosaico, a gestão do conjunto deverá ser feita de forma integrada e participativa, considerando-se os seus distintos objetivos de conservação, de forma a compatibilizar a presença da biodiversidade, a valorização da sociodiversidade e o desenvolvimento sustentável no contexto regional.

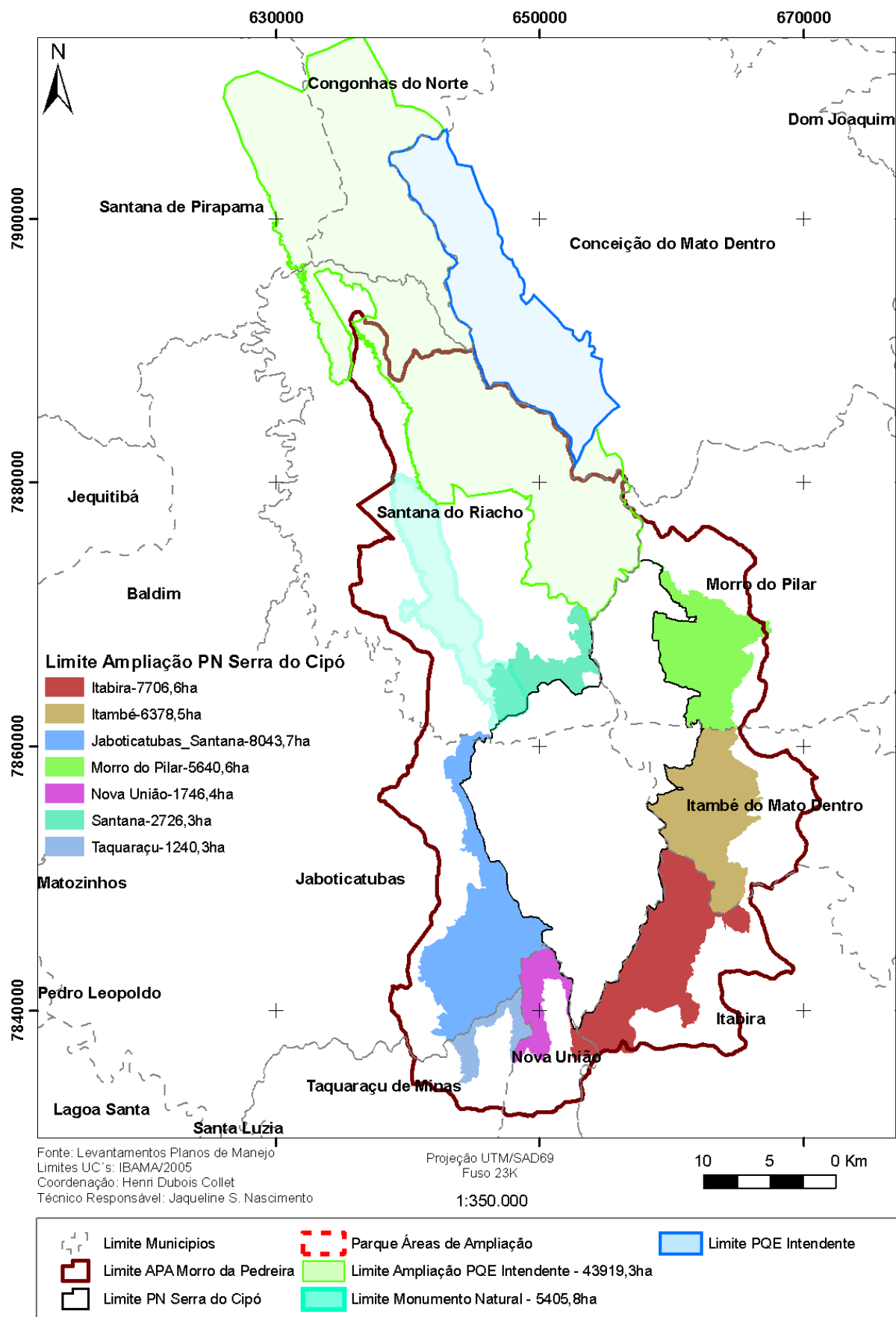
Parágrafo único: O regulamento desta Lei disporá sobre a forma de gestão integrada do conjunto das unidades. Fonte: ICMBio.



Mapa 2: Região da Serra do Cipó.



Mapa 3: UC's existentes na região da Serra do Cipó. Fonte: COLLET (2010).



Mapa 4: Mosaico Cipó-Intendente e UC's previstas. Fonte: COLLET (2010).

2.2.5 Aspectos sociais

Conceição do Mato Dentro possui 17.908 habitantes, sendo 9.003 homens e 8.905 mulheres, e população estimada para 2014, igual à 18.235 habitantes. Desses, 13.750 são alfabetizados; 14.163 seguem a religião católica apostólica romana; e 2.531 seguem religiões evangélicas. O PIB per capita a preços correntes – 2011 – foi de R\$ 8786,03. Existem no município oito Estabelecimentos Públicos de Saúde (Censo 2010/IBGE).

A diversidade cultural e religiosa perpassa por toda a história de Conceição do Mato Dentro. A cidade possui um rico patrimônio histórico formado por igrejas, capelas, chafarizes e outras edificações datadas do século XVIII. O município tem como uma de suas características marcantes a religiosidade. Milhares de romeiros visitam a cidade para uma das mais tradicionais festas religiosas da região, o Jubileu do Bom Jesus do Matozinhos. O evento acontece anualmente, desde 1787, sempre no período de 13 a 24 de junho, nessa época, a cidade se transforma com a vinda de milhares de romeiros e com a intensa movimentação de fiéis e de comerciantes que se instalam na colina do Santuário durante a festa, para agradecer ou implorar graças ao Bom Jesus (Prefeitura Municipal de Conceição do Mato Dentro, 2014).

A prefeitura ressalta ainda outras atrações culturais e religiosas que acontecem no município: as Festas de Nossa Senhora do Rosário, de São Sebastião, de Nossa Senhora da Conceição e a Cavalgada do Bom Jesus do Matozinhos. Somam-se as essas, o tradicional Festival da Cachaça, o Forró do Campo, o Projeto Matriz e o festival de gastronomia Sabores do Mato Dentro, entre outros.

A culinária típica do referido município é baseada na culinária mineira, de maneira geral. Tendo como base a cebola, o alho e a pimenta do reino, observa-se uma grande variedade e criatividade nos pratos oferecidos. O prato típico da cidade, é o pastel de angu – uma criação africana, que hoje é referência da culinária local e encontrada tanto na sede como nos distritos do município.

O distrito de Tabuleiro possui 1166 habitantes e é um dos mais visitados do município de Conceição do Mato Dentro (Censo 2010/IBGE). A paisagem urbana de Tabuleiro corresponde à paisagem dos antigos núcleos mineiros, com destaque para a vista da capela instalada no alto da colina. O povoado local apresenta grande interesse pela história e pela paisagem natural do local. O lazer da comunidade conta com o time de futebol (masculino e feminino) e o ecoturismo. O distrito possui ainda uma Associação Comunitária, a ASCOTA. A economia do distrito, que já foi de agricultura, hoje está baseada no turismo e em seus serviços diretos e indiretos. (Prefeitura Municipal de Conceição do Mato Dentro, 2014).

O distrito de Itacolomi possui 767 habitantes, a localidade possivelmente deve sua origem à atividade mineradora que se desenvolveu nas vizinhanças (Censo 2010/IBGE). No entanto, hoje em dia, a economia é baseada na agropecuária, no artesanato e no ecoturismo. O lazer local concentra-se no ecoturismo e nas festas religiosas. O povoado é cercado de morros e algumas matas, e conserva características de um pequeno arraial do período colonial (Prefeitura Municipal de Conceição do Mato Dentro, 2014).

2.2.6 Aspectos legais

De acordo com a Lei 9.985/00, as Unidades de Conservação integrantes do SNUC dividem-se em dois grupos: Unidades de Proteção Integral e Unidades de Uso Sustentável. Os Parques Estaduais fazem parte das Unidades de Proteção Integral, sendo assim, têm como objetivo básico a preservação da natureza, sendo admitido apenas o uso indireto de seus recursos naturais. Nessa categoria de unidade de preservação é admitida a pesquisa científica, o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico (BRASIL, 2000).

As UC's são criadas por ato do Poder Público e sua implantação deve ser precedida de estudos técnicos e de consulta pública, excluindo-se dessa necessidade as Estações Ecológicas e as Reservas Biológicas. Devem possuir áreas de amortecimento e, quando conveniente, corredores ecológicos. Necessitam de um Conselho Consultivo, presidido pelo órgão responsável por sua administração e constituído por representantes de órgãos públicos e de organizações da sociedade civil (BRASIL, 2014).

O Parque Estadual Serra do Intendente (PESI), foi criado pelo decreto sem número de 28 de março de 2007, no Município de Conceição do Mato Dentro. Tem como objetivo proteger a fauna e a flora regionais, as nascentes dos rios e córregos da região, e criar condições para o desenvolvimento de pesquisas e estudos, de modo a conciliar, harmoniosamente, o uso científico, educativo e recreativo com a preservação integral e perene do patrimônio natural. No inciso primeiro do Art. 1º, estabeleceu-se a competência de implantar e administrar o Parque Estadual Serra do Intendente ao Instituto Estadual de Florestas. Fonte: IEF, 2014.

O órgão competente (IEF, 2014), expõe que diversos fatores colaboraram para a implantação de uma área de conservação de proteção integral nesta área do município de Conceição do Mato Dentro, sendo o principal deles a necessidade de proteger os atrativos naturais existentes na região. Um fator essencial para a criação da unidade de conservação foi o apelo da comunidade, feito à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e ao IEF, através de

suas autoridades representativas e em abaixo-assinados enviados aos órgãos de Estado, que pediam a proteção dos atrativos naturais da região. Tais pedidos foram motivados pelas ameaças que a área vem sofrendo com as repetidas queimadas, com os desmatamentos e outras ações antrópicas que têm provocado enormes danos à flora e fauna, inclusive espécies ameaçadas de extinção e algumas espécies endêmicas, levantadas em estudos, e contribuindo para o desaparecimento de espécies contidas nas listagens oficiais de "Ameaçadas de Extinção". Outro problema é a diminuição do volume de todos os cursos d'água encontrados na área e a intermitência de outros que deixam de correr no período mais seco, devido às ações antrópicas. Fonte: IEF, 2014.

O Artigo 4º do decreto 4.340/02, prevê que compete ao órgão executor proponente da nova unidade de conservação elaborar os estudos técnicos preliminares e realizar consulta pública. O IEF, expõe que esse fator foi de extrema relevância para criação do PESI, foram os levantamentos e avaliações técnicas realizadas pelo IEF, que apontaram vários indicativos de qualidade ambiental que justificaram a transformação da área em um parque. Entre eles, destaca-se o estado de conservação da área e a representatividade ecológica. Fonte: IEF, 2014.

O PESI possui Conselho Consultivo, mas ainda não possui Plano de Manejo, de acordo com o órgão competente, em 2015 começarão os trabalhos que darão origem ao Plano de Manejo do Parque Estadual da Serra do Intendente. Vale ressaltar que o Plano de Manejo é exigido pela Lei 9.985/00 (SNUC), em todas as categorias de unidades de conservação. O Plano deve abranger a área da UC, sua zona de amortecimento e corredores ecológicos (quando houver), e incluir medidas a fim de promover sua integração à vida econômica e social das comunidades vizinhas (BRASIL, 2000).

2.2 TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA

As populações tradicionais são aquelas que mantêm uma estreita relação de dependência com os recursos naturais renováveis, e que a partir de seu uso desenvolve um modo de vida próprio (DIEGUES, 1998).

Rita de Cássia Cruz (2006), expõe que o turismo pode contribuir para o processo de desenvolvimento, a partir, por exemplo, da promoção da inclusão social. A autora aponta sobre a importância de se colocar em discussão as reais possibilidades de o turismo efetivamente contribuir para reverter o quadro de injustiças sociais e históricas.

Nesse contexto, Helton Ouriques (2005) apresenta uma crítica contundente com relação à ideia de que o turismo é um caminho para se alcançar o desenvolvimento:

Para os trabalhadores, significou apenas a diminuição e/ou substituição de atividades econômicas tradicionais por outras, direta ou indiretamente turísticas, como guias, garçons, cozinheiros, faxineiros etc. Ao mesmo tempo, as condições estruturais de vida pouco se modificaram, isto é, de modo geral os residentes não se beneficiaram e não se beneficiam do “progresso” que o turismo promete (OURIQUES, 2005, p.96).

Para Irving (2009), no que diz respeito ao turismo, o grande desafio da atualidade está em propor concepções e alternativas criativas e inovadoras de um tipo de turismo que leve em consideração as especificidades locais e que as identidades envolvidas sejam vistas como elemento central do processo turístico.

O turismo alternativo (KRIPPENDORF apud FENNEL, 2002), tem como filosofia a ênfase de que as políticas públicas de turismo devem considerar não somente as necessidades econômicas, mas também os recursos culturais e naturais no processo de desenvolvimento.

Surgiu no Brasil, em fevereiro de 2003, a Rede Brasileira de Turismo Solidário e Comunitário (TURISOL)⁵. A TURISOL foi criada com o objetivo de estimular as reflexões sobre o turismo, e é constituída por diversas organizações brasileiras que buscam promover o desenvolvimento de um turismo mais “desejável”, com formas distintas de planejamento e desenvolvimento locais.

Não existe uma definição ou um consenso sobre o que seja, de fato, o Turismo Solidário. O conceito de turismo de base comunitária/solidária, se apresenta de diferentes formas, Bursztyn, Sansolo (2009, p. 142-161), apresentam o conceito definido pela TURISOL:

Toda forma de organização empresarial sustentada na propriedade do território e da autogestão dos recursos comunitários e particulares com práticas democráticas e solidárias no trabalho e na distribuição dos benefícios gerados através da prestação de serviços visando o encontro cultural com os visitantes (TURISOL, 2008).

A rede TUCUM (2008), Rede Cearense de Turismo Comunitário, que faz uma importante relação entre o turismo comunitário e a economia solidária, expõe o conceito como sendo:

O turismo de base comunitária é aquele no qual as populações locais possuem o controle efetivo sobre o seu desenvolvimento e gestão, e está baseado na gestão comunitária ou familiar das infraestruturas e serviços turísticos, no respeito ao meio ambiente, na valorização da cultura local e na economia solidária (TUCUM, 2008)

Para Barretto (2004, p. 45), o turismo solidário se apresenta como sendo:

⁵ Disponível em: <www.turisol.org.br>. Acesso em junho de 2014.

O turismo comunitário solidário apresenta-se como proposta alternativa ao turismo de massa e representa uma ferramenta de desenvolvimento local, quando oportuniza o envolvimento direto da comunidade para o planejamento, implementação e gestão da atividade turística. Também pode ser entendido como provedor do resgate cultural de um povo à medida que estimula a manifestação de representações sociais, como festas e eventos e incentiva a transmissão desse conhecimento para outras gerações. O turismo pode ser também potencializador do resgate de aspectos étnicos, sem necessariamente ser espetáculo de autenticidade das culturas (BARRETTO, 2004, p. 45).

Maldonado (2006) acredita que o turismo comunitário pode contribuir na revitalização da economia rural e consequentemente na valorização do patrimônio ambiental e dos acervos culturais.

Segundo Marta Irving (2009), o turismo de base comunitária:

Tende a ser aquele tipo de turismo que, em tese, favorece a coesão e o laço social e o sentido coletivo de vida em sociedade, e que por essa via, promove a qualidade de vida, o sentido de inclusão, a valorização da cultura local e o sentimento de pertencimento. Este tipo de turismo representa, portanto, a interpretação “local” do turismo, frente às projeções de demandas do mundo globalizado, mas não as imposições da globalização (p.111).

Rodrigues (2000:172), adverte que a chegada do turismo, invariavelmente, implica em mudança no modo de vida das populações tradicionais. Para o autor, o turismo produz territórios, da mesma forma como todas as demais atividades do modo industrial e, em seu interior, é também insustentável, porque temos que levar em conta que toda a produção é ao mesmo tempo destruição, ou seja, trata-se de chamada produção destrutiva.

Vezzani (2008: 33), propõe que é possível o desenvolvimento sustentável do turismo, desde que algumas condições sejam cumpridas, entre elas a participação da sociedade local no desenvolvimento da atividade; a limitação das capacidades de carga dos atrativos; e a atuação sobre as infraestruturas e equipamentos, adaptando-as aos recursos turísticos a fim de preservá-los contra possíveis agressões.

Sampaio (2005), afirma que o turismo de base comunitária, não se limita apenas à observação e à convivência com as populações tradicionais, consiste, também, no envolvimento no sentido de aprendizado com os próprios projetos comunitários.

Percebe-se que o turismo de base comunitária possui semelhanças com o ecoturismo, que pode ser definido, de acordo com a Política Nacional de Ecoturismo, em 1994, como:

Um segmento da atividade turística que utiliza, de forma sustentável, o patrimônio natural e cultural, incentiva sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista por meio da interpretação do ambiente, promovendo o bem-estar das populações (BRASIL, 1994)

Irving (2008), lembra que o tema da geração de benefícios diretos à população local representa efetivamente um dos pré-requisitos para o turismo de base comunitária, bem como a valorização da cultura local constitui em um parâmetro essencial. A condição para esse tipo de turismo se baseia no “encontro” entre identidades, no sentido de compartilhamento e aprendizagem mútua. Para a autora, o turismo solidário deve considerar o pacto de ética, de respeito e de engajamento de ‘quem está’ e de ‘quem vem’ e a troca real entre os sujeitos ‘que recebem’ e os que ‘são recebidos’ e, dos mesmos, com o ambiente no qual interagem. Se não houver tal interação, a troca de valores não será efetiva e o ‘espaço da interação’ ganha contornos apenas circunstanciais.

2.3 METODOLOGIA

A metodologia é fundamental ao se realizar um trabalho científico. De acordo com Demo, (1989), a metodologia é o conhecimento crítico dos caminhos do processo científico, indagando e questionando acerca de seus limites e possibilidades.

Para Richardson (1989, p. 29), método de pesquisa significa a escolha de procedimentos sistemáticos para a descrição e explicação de fenômenos. Segundo Diehl (2004) a escolha do método se dará pela natureza do problema, bem como de acordo com o nível de aprofundamento.

De modo generalista, existem duas estratégias de pesquisa que podem ser chamadas de abordagem qualitativa e abordagem quantitativa. Diehl (2004) apresenta um esboço acerca destas duas estratégias:

- a) a pesquisa quantitativa pelo uso da quantificação, tanto na coleta quanto no tratamento das informações, utilizando-se técnicas estatísticas, objetivando resultados que evitem possíveis distorções de análise e interpretação, possibilitando uma maior margem de segurança;
- b) a pesquisa qualitativa, descrevem a complexidade de determinado problema, sendo necessário compreender e classificar os processos dinâmicos vividos nos grupos, contribuir no processo de mudança, possibilitando o entendimento das mais variadas particularidades dos indivíduos.

Richardson (1989), afirma esse conceito quando diz que o método quantitativo caracteriza-se pelo emprego da quantificação, tanto no que diz respeito à coleta de informações, quanto no tratamento dessas através de técnicas estatísticas. Os levantamentos de dados são o exemplo tradicional do estudo de campo quantitativo (POPPER, 1972).

O autor Richardson (1989) expõe que a diferença entre os métodos quantitativos e qualitativos é que o segundo não emprega um instrumental estatístico como base na análise de um problema, não pretendendo medir ou numerar categorias. Os dados qualitativos incluem também informações não expressas em palavras, tais como pinturas, fotografias, desenhos, filmes, vídeo tapes e até mesmo trilhas sonoras (TESCH, 1990).

O presente trabalho consiste em uma pesquisa aplicada, na qual a metodologia para coleta de informações foi tanto qualitativa como quantitativa.

2.3.1 Caracterização da área de estudo

O presente trabalho foi desenvolvido nos distritos de Tabuleiro e Itacolomi, pertencentes ao município de Conceição do Mato Dentro, MG, entre as coordenadas 19°43'S e 43W.

O foco da pesquisa foi ouvir as principais vozes dos atores afetados com a abertura da Estrada Ecológica do Charco, que será implantada pelo Instituto Estadual de Florestas (IEF). A estrada margeará o Parque Estadual Serra do Intendente (PESI), administrado pelo Instituto Estadual de Florestas (IEF), e tem como objetivo principal, ligar os dois atrativos mais visitados da região, a cachoeira do Tabuleiro (Fotografia 5) à cachoeira Rabo de Cavalo (Fotografia 1), em um percurso mais curto do que o usado atualmente (Imagem 1). Tais atrativos encontram-se dentro dos limites do PESI. Encontram-se também na imagem 1, a localização das famílias entrevistadas.

O objetivo do IEF é criar uma estrada ecológica, que receberá o nome de Estrada Ecológica do Charco, para manter a denominação dos moradores que se referem ao trajeto como sendo estrada do Charco, por ser o nome de um antigo morador. Com essa ação o IEF pretende desencadear uma forma de turismo mais branda, conhecida como turismo de base comunitária. A intenção é que o caminho seja percorrido principalmente à pé, à cavalo e de bicicleta, tornando-se assim, a própria estrada em um atrativo turístico. Parte da estrada já existe e é o acesso de três atrativos turísticos muito visitados: as cachoeiras do Tabuleiro e do Congonhas, o balneário Poço Pari, e ao *Cânion* do Rio Preto.

O IEF já tinha conhecimento, por meio de conversas informais, que a maioria dos moradores eram a favor da abertura da estrada, e alguns, contra. A estrada já existiu, porém, foi fechada por iniciativa de um morador dono da primeira propriedade localizada perto da estrada Charco (sentido Tabuleiro-Parauninha), o proprietário fechou a porteira com cadeado, impossibilitando o acesso de veículos. Deste modo, o acesso dos moradores que se encontram após tal propriedade ficou restrito, tendo os mesmos que percorrer um caminho muito mais

longo para chegar ao distrito Tabuleiro. Com o fechamento da porteira de acesso principal, aos poucos a estrada foi abandonada pelos transeuntes, e antes disto, pela prefeitura local.

Diante deste contexto, pode-se compreender o conflito de ideias no que se refere à estrada, a maioria dos moradores aprovam a abertura da estrada porque esta facilitará o acesso às suas moradias.

Assim sendo, este trabalho foi desenvolvido apenas com os sujeitos que foram afetados com a interdição do acesso e serão novamente afetados com a liberação do mesmo. Os moradores que se encontram na parte da estrada que já existe não foram considerados de relevância para os objetivos deste trabalho, uma vez que já convivem com o acesso liberado da estrada e conseqüentemente, com a atividade turística.

O objetivo geral da pesquisa foi ouvir os habitantes que residem ao entorno da futura Estrada Ecológica do Charco e por isso, provavelmente, serão os mais afetados com a implantação da estrada. O problema chave da pesquisa foi: “os moradores locais acham positiva a criação da Estrada Ecológica do Charco, bem como a criação da demanda turística nesse local?”. Os objetivos específicos se basearam-se na percepção sobre as principais aspirações e implicações dos moradores em relação à essa estrada.

Concordamos com as autoras Marconi; Lakatos (2002), quando definem a pesquisa como instrumento fundamental para a resolução de problemas coletivos. O problema é a base da pesquisa científica, que por sua vez, tem como objetivo a resolução desses problemas. Asti Vera (1979), confirma essa ideia de que o propulsor para um estudo é o problema, uma vez de que sem ele não há razão de realizar pesquisa.

Entende-se que não haveria visitação se não existisse atratividade, porém, são as ações sobre essas atratividades (construção de vias de acesso, de centros de visitantes, disponibilização de hospedagem e de alimentação, divulgação, etc.), que transformam determinados lugares em atrativos turísticos.

Para Rodrigues (2000:172), a chegada do turismo implica em mudança no modo de vida das populações tradicionais. O turismo de base comunitária tem como base a participação efetiva das populações tradicionais, assim, não é possível que esse tipo de turismo seja resultante de uma decisão externa, de uma intervenção exógena à realidade e aos modos de vida locais. Essa iniciativa deve ter motivação endógena e expressar o desejo dos grupos sociais locais.

Para a concretização dos objetivos do presente estudo, foram ouvidos um representante de cada família que será diretamente afetada com a criação da Estrada Ecológica do Charco. A localização destas famílias encontra-se na imagem 1.

No segundo semestre de 2014 começaram as obras de abertura da Estrada Ecológica do Charco, a própria estrada já se concretiza como sendo um forte potencial turístico. A estrada margeia o PESI e sua paisagem é composta por cânions, corredeiras, áreas de mata atlântica, cerrado e campo rupestre; é possível ainda apreciar a fauna local, o canto de pássaros é ouvido por todo o percurso. Os retratos 6, 7, 8, 9 e 10, demonstram um pouco do cenário que compõe a estrada, é possível observar ainda, o início das obras da estrada, esta já se encontra mais larga e alguns lugares que eram apenas trilhas, já possibilita o acesso de veículos.

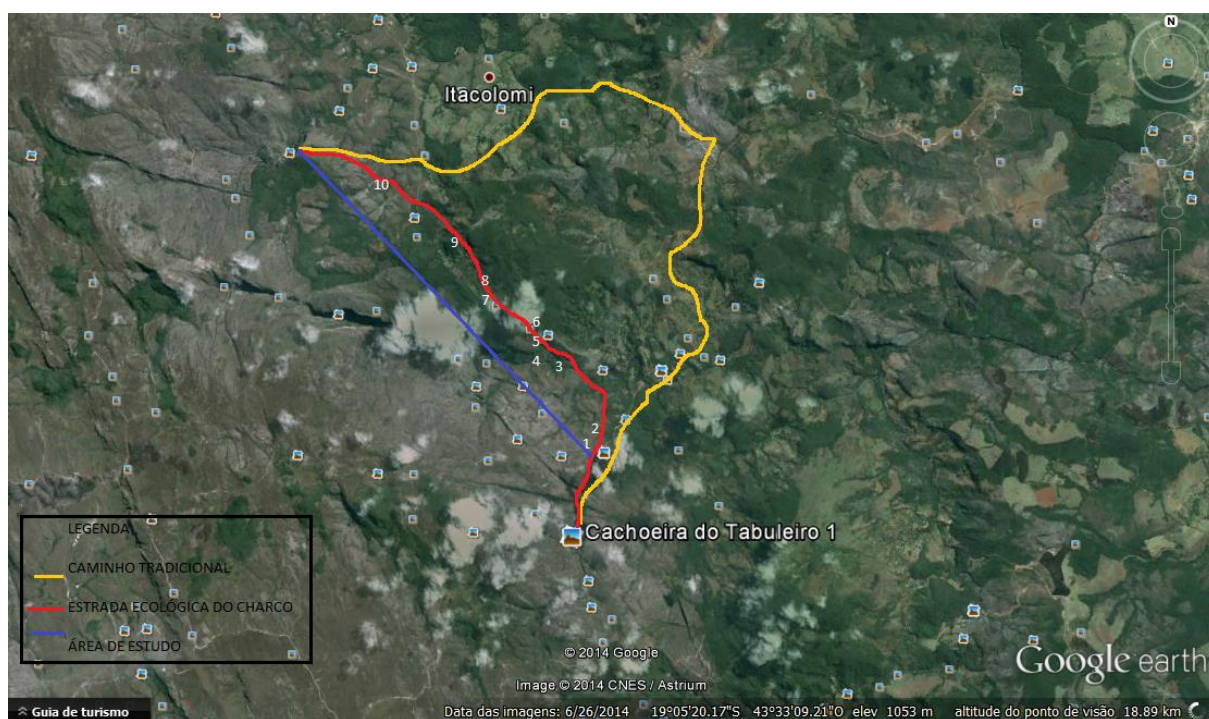


Imagem 1: Estrada Ecológica do Charco



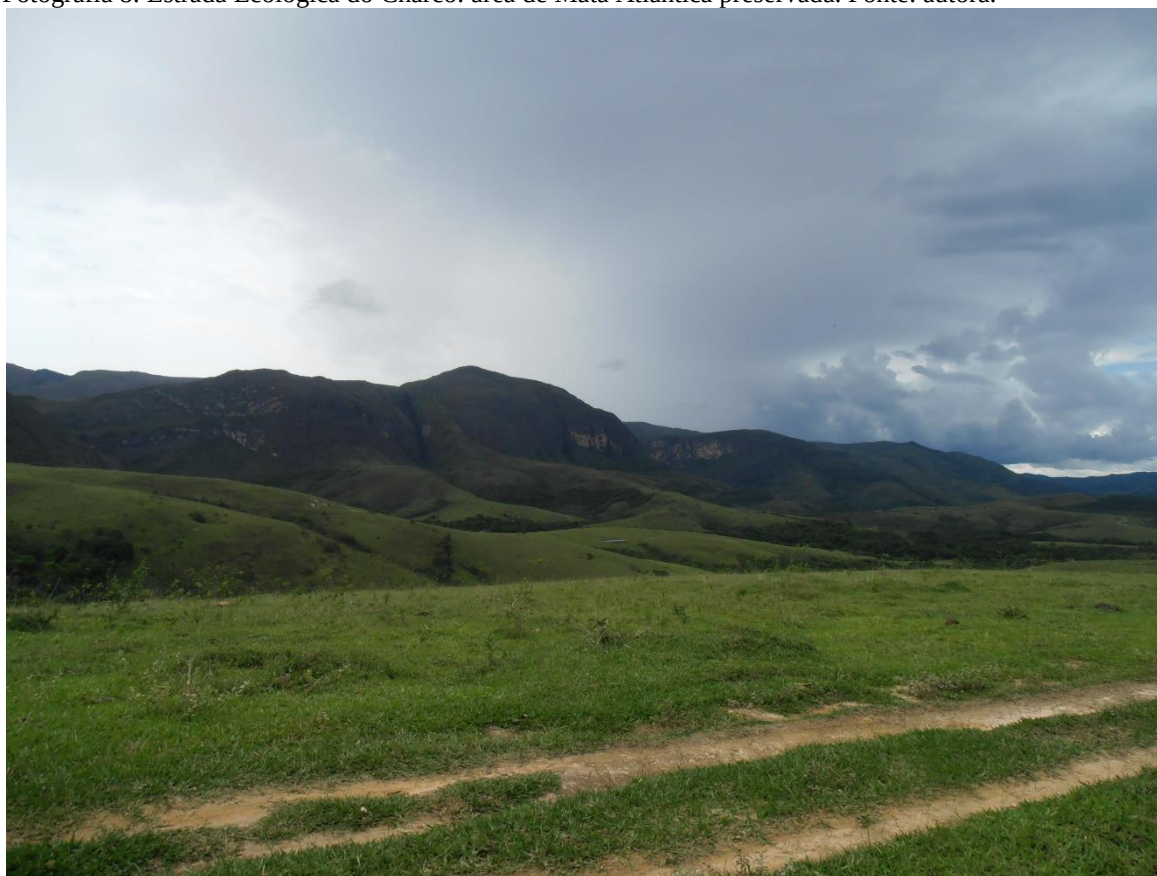
Fotografia 6: Estrada Ecológica do Charco: campo rupestre à esquerda. Fonte: autora.



Fotografia 7: Estrada Ecológica do Charco: corredeira à margem do percurso. Fonte: autora.



Fotografia 8: Estrada Ecológica do Charco: área de Mata Atlântica preservada. Fonte: autora.



Fotografia 9: Estrada Ecológica do Charco: área de Cerrado e vislumbre do Cânion do Peixe Tolo. Fonte: autora.



Fotografia 10: Fauna da região, encontrada na Estrada Ecológica do Charco: Saíra sete cores (*Tangara sp.*). Fonte: autora.

2.3.2 Métodos e técnicas

A primeira etapa do presente trabalho consistiu na coleta de dados secundários (dados levantados por outros pesquisadores e institutos de pesquisa), com o intuito de compreender melhor o local que seria estudado, livros artigos e teses, com diferentes pontos de vista foram pesquisados. Foram levantados dados sobre a criação de Unidades de Conservação e especificamente sobre o PESI, sobre os aspectos sociais, históricos e geográficos da região. Esses dados foram organizados, analisados e relacionados com a criação da Estrada Ecológica do Charco, enfim, utilizados como ancoragem teórica afim de caracterizar a área em estudo, bem como embasar teoricamente os temas abordados.

Foram utilizados os métodos quantitativos e qualitativos na coleta de dados. Concordamos com Minayo (1994), quando ressalta que as relações entre abordagens qualitativas e quantitativas demonstram que as duas metodologias não são incompatíveis e podem ser integradas num mesmo projeto. O autor lembra ainda que uma pesquisa quantitativa pode conduzir o investigador à escolha de um problema particular a ser analisado em toda sua complexidade, através de métodos e técnicas qualitativas e vice-versa; e que a investigação

qualitativa é a que melhor se adequa ao reconhecimento de situações particulares, grupos específicos e universos simbólicos.

Observou-se a necessidade de se utilizar ambos os métodos, o quantitativo para que pudéssemos analisar a situação numericamente, por exemplo, quantos moradores acham positiva a estrada charco, quantos moradores acham que o turismo na região é positivo, quantos acham que é negativo, e assim por diante. O método qualitativo foi utilizado devido à complexidade do assunto, verificou-se, por exemplo, que alguns moradores acham positiva a abertura da estrada, mas não a relacionam com o turismo e menos ainda com os impactos que essa ação pode desencadear. Outros, no entanto, já pensam em investir no turismo e estão cientes dos impactos que tal ação provoca.

A parte quantitativa consistiu na aplicação de um questionário (Anexo 2), com os principais atores que serão impactos com a presença da Estrada Ecológica do Charco, contendo seis perguntas chave:

- Acha positiva a abertura da Estrada Ecológica do Charco (sim ou não)?
- Acha que a implantação da estrada trará benefícios (sim ou não)?
- Acha que os impactos da Estrada serão negativos (sim ou não)? ou positivos (sim ou não)?
- Quanto ao acesso, acha positivo ou não, que passe automóveis, bicicletas e outro tipo de veículo?
- Acha o turismo na região algo positivo ou negativo (sim ou não)?
- Tem interesse em investir no turismo (sim ou não)?

Tais perguntas deram origem à resultados estatísticos que comprovaram a aceitação da estrada pela maioria dos moradores locais, porém, as demais perguntas tiveram algumas respostas contraditórias.

A parte qualitativa consistiu na aplicação de entrevista estruturada (Anexo 2), e na observação direta do ambiente estudado. De acordo com Boni e Quaresma (2005, p.75) as entrevistas semiestruturadas combinam perguntas abertas e fechadas, onde o informante tem a possibilidade de discorrer sobre o tema proposto. A entrevista estruturada relacionou-se com as perguntas fechadas do questionário, entre as indagações feitas pela entrevista, destacam-se:

- Acha positiva a abertura da Estrada Ecológica do Charco? Porque?

- Acha que a implantação da estrada trará benefícios? Quais?
- Acha que os impactos serão negativos ou positivos? Quais os impactos previstos? Relaciona os impactos à atividade turística?
- Quanto ao acesso, acha positivo ou não, que passe automóveis, bicicletas e outro tipo de veículo (sim ou não)? Sabe que a abertura da Estrada trará um movimento de turistas até então, não existente na estrada em questão? Sabe que as Cachoeiras Rabo de Cavalo e do Tabuleiro, que serão unidas pela estrada, recebem em feriados nacionais mais de 300 pessoas por dia, o que sugere o quanto a estrada será movimentada?
- Acha o turismo na região algo positivo ou negativo (sim ou não)? Por que? Já presenciou ou teve algum problema com turistas?
- Tem interesse em investir no turismo (sim ou não)? Se sim, em quê (camping oferta de produtos típicos, alimentos, pernoite, etc)? Considera o turismo de base comunitária uma boa alternativa para a região? O que gera a renda da família? A propriedade produz produtos ou serviços que podem ser vendidos aos turistas (queijo, ovo, frutas, café, feijão, etc)? Tem interesse em comercializar tais produtos?

Para a coleta dos dados primários, que se realizou no período de 13 a 31 de janeiro de 2014, percorreu-se a futura Estrada Ecológica à pé. Primeiramente com o intuito de demarcar a mesma com o auxílio do GPS, o que deu origem à uma imagem que ilustra a futura Estrada Ecológica do Charco, onde as propriedades do entorno da mesma encontram-se destacadas (ver imagem 1). A imagem foi útil em diversas questões, foi possível analisar como é a distribuição de casas ao longo do percurso, a distância das mesmas em relação à base do IEF, e em relação ao distrito de Tabuleiro, bem como as propriedades que serão mais impactadas pela estrada (encontram-se mais perto da estrada).

Posteriormente, a Estrada foi percorrida com a finalidade de visitar os moradores para a aplicação dos questionários e entrevistas. Foi visitada uma família por dia, com intervalos entre as visitas; devido a coleta de dados ser tanto quantitativa como qualitativa, foi necessário tempo para que as famílias se sentissem confiantes para expressar suas verdadeiras aspirações. Vale ressaltar a hospitalidade das pessoas visitadas, as entrevistas e questionários foram aplicados em meio à conversas, quitandas, café e queijo mineiro. Sendo assim, foi possível

perceber a realidade local, bem como as principais anseios dos moradores à respeito da criação da Estrada Ecológica.

É necessário destacar que o Instituto Estadual de Florestas (IEF), também aplicou questionários para avaliar a aceitação da estrada pelos moradores. Entretanto, o próprio gerente do Parque Estadual da Serra do Intendente (PESI), Marcos Alexandre dos Santos, quem aplicou os questionários, percebeu a necessidade de uma pesquisa realizada à parte, sem vínculos com o Parque, para que assim houvesse a certeza de que as respostas não foram influenciadas e que os moradores tiveram a total liberdade de expressar suas opiniões. Assim sendo, o IEF ofereceu toda a estrutura externa para a realização da presente pesquisa, como dados do Parque e da população local, mapas, e auxílio humano. Foram realizadas reuniões durante o ano de 2014, com o gerente e a monitora ambiental do PESI, Fabiana Lourenço, responsável pelos trabalhos relacionados à estrada, onde foi possível comparar as respostas que o IEF obteve com as expostas no presente estudo, bem como trocar informações a respeito do tema, o que foi de extrema importância e utilidade no desenvolvimento da pesquisa. O gerente do PESI acredita que o presente estudo servirá como base para a tomada de decisões em relação à Estrada Ecológica.

O apoio do IEF foi indispensável tanto no que diz respeito às informações fornecidas, como no que se refere a logística necessária para o melhor desenvolvimento da pesquisa em questão. Foi possível, por exemplo, fazer o cronograma das ações com base no conhecimento que o IEF possui sobre os hábitos de vida das famílias que moram ao entorno da estrada do Charco. Sabendo-se que as principais atividades rurais são desenvolvidas no período da manhã, as famílias foram entrevistadas sempre no período da tarde. Soube-se também que algumas famílias possuem casas ao longo da estrada, mas não pernoitam no local, porém há relevância em entrevista-las, pois, utilizam a propriedade para criar gado e/ou produzir alimentos.

Houve também, apoio logístico por parte do Parque Natural Municipal Ribeirão do Campo (PNMRC), que disponibilizou hospedagem no período de visitas de campo, além do empréstimo do GPS. Esse apoio, se deve, pelo fato do referido Parque estar sobreposto pelo Parque Estadual Serra do Intendente, e a gestão dos mesmos ser feita de forma compartilhada entre o IEF e a prefeitura local. O gerente PNMRC, Lucas Henrique, também forneceu diversas informações a respeito da criação destes parques, e sobre a relação dos mesmos com a comunidade local. Tais informações foram disponibilizadas em reuniões que ocorreram em junho de 2013 e em janeiro de 2014, e foram de grande relevância para entender a realidade do local de que se trata o presente estudo. O gerente do PNMRC é natural de Conceição do

Mato Dentro, residente do distrito de Tabuleiro há 25 anos e trabalha no PNMRC há 6 anos, e por isso, entende como poucos os diferentes pontos de vista existentes entre a relação Parque e Comunidade.

Em setembro de 2014, a Estrada Ecológica do Charco foi novamente percorrida com o intuito de observar as primeiras obras que foram feitas para sua implantação. Foi possível também, conversar novamente com alguns moradores e perceber se houve alguma mudança nos hábitos das famílias em decorrência das primeiras obras realizadas e do acesso já liberado de veículos em praticamente todo o percurso.

Após todos os dados previstos estarem em mãos (ancoragem teórica, questionário, entrevistas e imagens), foi possível alcançar os objetivos propostos por este trabalho.

2.3.3 Sujeitos e Participantes

O foco do presente estudo são as pessoas, elas fazem parte do meio ambiente, e no que diz respeito às unidades de conservação, muitas vezes não são vistas dessa forma. Pádua (1987) e Diegues (1993) afirmam que as comunidades tradicionais residentes dentro e ao entorno de UC's, vivem em conflito com as mesmas porque muitas vezes seus anseios não são considerados na implantação e gestão das unidades.

Existem ao entorno da futura Estrada Ecológica do Charco, várias propriedades, entretanto, foram entrevistadas dez famílias, pois são as que residem ou passam muito tempo neste local, e possuem o acesso às suas casas interditado para veículos. As famílias que moram na parte da Estrada Ecológica que já existe não foram consideradas de relevância para os objetivos do presente estudo.

Cada família foi representada por um membro que terá seu nome substituído por um número no presente estudo, para que assim, não haja conflito decorrente das opiniões expostas. A numeração utilizada será de 1 a 10. Todos os sujeitos participaram da mesma maneira do presente estudo: foram entrevistados a respeito da criação da Estrada Ecológica do Charco.

O Sr. 2 foi quem fechou o acesso à estrada do Charco que existia no local. O morador é proprietário de muitas terras da região e boa parte da estrada está localizada no interior de uma de suas propriedades. A referida propriedade possui sua renda baseada na pecuária e na agronomia, e é a maior propriedade do entorno da referida estrada. Na imagem 1, sua casa está marcada com o número 1.

A casa do Sr. 1 está marcada na imagem 1, com o número 2, sua propriedade não produz renda fixa, apenas alimentos para consumo da família. O Sr. 1 trabalha em um ponto turístico

particular do município de Tabuleiro como salva vidas, o Poço Pari, que será beneficiado com a abertura da estrada, uma vez que se encontra na rota da futura estrada.

O Sr. 3, não reside na propriedade que possui ao entorno da estrada, porém, todos os dias visita a mesma e muitas vezes passa dias seguidos no local. Isso, porque, a renda da família baseia-se na agricultura que é produzida nessa propriedade, por isso a relevância em entrevistá-lo. A propriedade em questão encontra-se destacada na imagem 1, com o número 3.

A Sra. 4 foi peça chave para entender a história da estrada Charco, residente do local há mais de 60 anos, contribuiu com diversas informações que ajudaram a desenvolver os resultados qualitativos deste trabalho. Sua propriedade produz alimentos e contém alguns animais, porém não exerce a atividade pecuária para comercialização dos animais ou de seus produtos. Sua propriedade está representada na imagem 1, com o número 4.

O Sr. 5 é representante político no município de Conceição do Mato Dentro, e muito querido pelas pessoas da região, que o tem, como um representante de seus interesses a frente da Prefeitura Local. Reside tanto em sua casa localizada no distrito de Tabuleiro, como em sua propriedade rural localizada ao entorno da Estrada Charco. Sua casa está representada com o número 5, na imagem 1.

A Sra. 6 produz alguns alimentos para consumo familiar, e possuiu um animal para trabalho. Sua propriedade se encontra no ‘meio’ da estrada Charco.

O Sr. 7 produz alimentos em sua propriedade e possui alguns animais, utiliza, normalmente, como meio de transporte, cavalo ou mula. Morador antigo do lugar expôs impactos negativos que podem provir da falta de manutenção e fiscalização da Estrada Ecológica e que devem ser considerados pelo órgão competente. Sua casa está demarcada como número 7, na imagem 1.

A Sra. 8, residente da propriedade representada na imagem 1, com o número 8, mora sozinha em sua casa, e é quem está mais próxima à estrada. Acostumada a dar informações à turistas aventureiros que exploram a região, não teve receio de contribuir, positivamente, com conhecimentos que possui a respeito da Estrada do Charco.

O Sr. 9, é parceiro do PESI e morador da casa representada pelo número 9, na imagem 1. Líder comunitário da região, faz parte da Associação dos Amigos e Moradores da Parauninha, tem suas opiniões respeitadas pelos moradores locais. Muitas vezes ajuda na comunicação entre o Parque e a comunidade.

O Sr. 10, também é parceiro do PESI e ajuda a manter o diálogo entre Parque-Comunidade. Sua casa está representada pelo número 10, na imagem 1, e é o último ponto da Estrada, logo à frente, encontra-se a cachoeira Rabo de Cavalo.

2.3.4 Resultados e Discussão

Os resultados dos dados obtidos foram analisados e discutidos, através da construção de gráficos e dos relatos das entrevistas foi possível alcançar os resultados desejados.

Brito (2000b) assinala que entre os maiores problemas de conservação das áreas de proteção brasileiras estão os conflitos com populações (do interior e entorno). Procurou-se através deste estudo minimizar os possíveis conflitos que poderiam surgir devido à falta de diálogo entre o PESI e a comunidade local, à respeito da implantação da Estrada Ecológica do Charco.

A coleta de dados quantitativa, que se baseou em aplicação de questionários, resultou em uma análise estatística. Os cálculos requeridos pelo presente estudo foram bastante simples, baseou-se em saber a porcentagem dos moradores que tinham respondido sim ou não, para determinada pergunta. O programa utilizado foi o Excel 2013, os dados encontrados geraram gráficos que facilitam a visualização dos resultados obtidos. A coleta de dados qualitativos baseou-se na aplicação de entrevistas estruturadas, a partir dessas, foi possível entender a complexidade do assunto, o porquê de cada entrevistado ter respondido sim ou não para as perguntas feitas, além de ter fornecido uma ampla visão sobre o tema.

A primeira pergunta do questionário foi: “Acha positiva a abertura da Estrada Ecológica do Charco (sim ou não)?”. O gráfico 1, demonstra que 90% dos moradores aprovam a abertura da Estrada e apenas 10%, representados por um morador, desaprovam a mesma. A aprovação da estrada pela maioria, se deve porque essa deverá facilitar o acesso das famílias que ali vivem e tiveram a passagem da estrada interditado para veículos. A Sra. 4 ressalta *“Eu que vivo aqui, sozinha mais minha filha, preciso muito da estrada. O povo aí tem medo de ‘fala’, mas eu tenho não, o Sr. que fechou a estrada não precisa dela, mora lá no ‘inichinho’...já a gente que fica adiante...’tamo’ tudo é preso aqui, sem estrada, sem ônibus pras crianças, sem ‘tê’ como ir na cidade...”*. O único morador que se posiciona contra a implantação da estrada é o Sr. 2, que foi quem trancou a porteira de sua fazenda, impossibilitando o acesso de veículos. Esse morador se respalda em acontecimentos antigos: *“Quando eu deixava a porteira aberta, esse povo ‘aí’ vivia atropelando meu gado, as ‘moto’ só passava correndo, levantando poeira e espantando as ‘vaca’. A prefeitura nunca fez nada, eu que ‘punha’ meus ‘trabalhadô’ pra conserta a estrada, antes de eu fechar ela, a estrada já tava abandonada, de tanto que era ruim ela...”*

Sabe-se que muitas vezes as prefeituras não arcam com suas responsabilidades em relação a manutenção da estrada, porém, em relação ao atropelamento de animais, é de responsabilidade do proprietário que os mantenham cercados e fora de estradas, estando o

animal em local impróprio, não é culpa dos transeuntes se o animal é atropelado, e sim do proprietário.

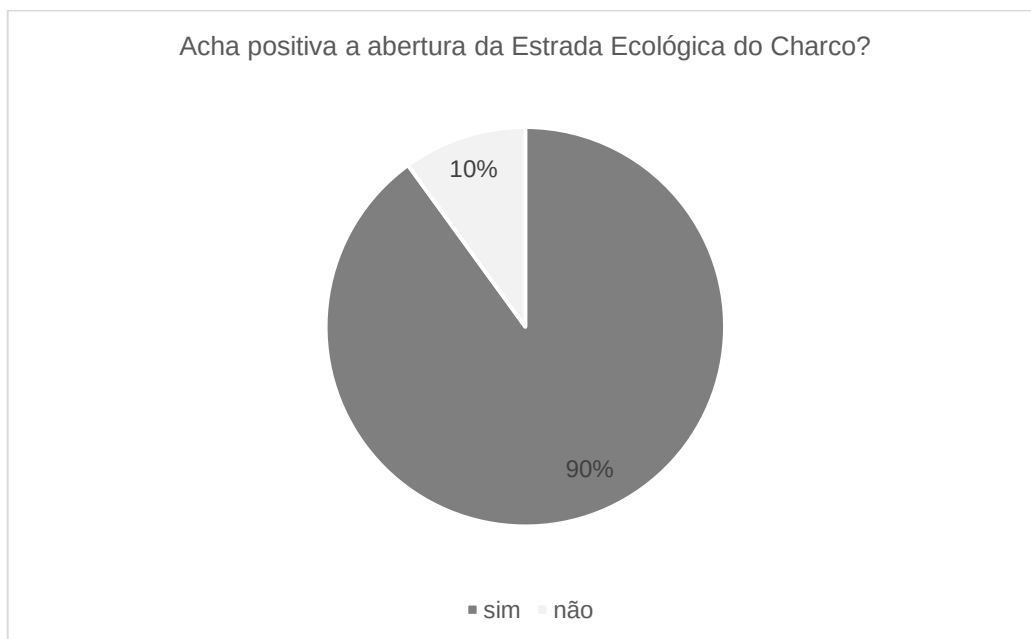


Gráfico 1: Percentagem de moradores que acham positiva e negativa a abertura da Estrada Ecológica. Fonte: autora.

A pergunta 2 foi: “Acha que a implantação da estrada trará benefícios (sim ou não)?”. O gráfico 2 demonstra que 90% das pessoas entrevistadas acham que a estrada trará benefícios, apenas o Sr. 2 acredita que a estrada não trará benefícios, os motivos do Sr. 2 já foram expostos. A maioria acha que o maior benefício que a estrada trará será o acesso de veículos no local. O Sr. 3 argumenta: *“Eu mesmo até que gosto de ‘caminhá’, mas o povo precisa da estrada, as ‘criança’ da região tem que ‘andá’ muito pra pegar o Escolar, se tá chovendo perde aula. E se um ‘doente’ precisa de médico, aí fica difícil mesmo...”*. Alguns não consideram que a estrada trará maiores benefícios para eles próprios, porém, acreditam que seus herdeiros podem ser beneficiados com a mesma, porque, provavelmente, as terras serão mais valorizadas após a implantação da Estrada Ecológica. O Sr. 9, ressalta outros benefícios : *“A gente pode ganhar um dinheirinho extra, vendendo farinha, doce, feijão, essas ‘coisa’ que a gente produz aqui mesmo. Pode também oferecer serviço de guia, hospedagem, camping...”*.

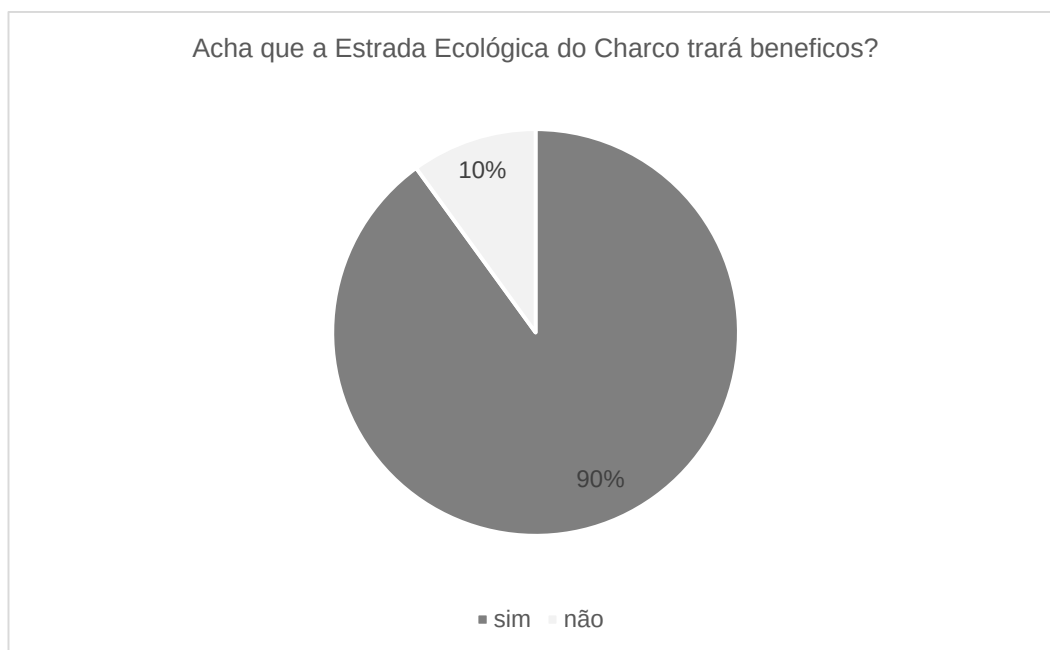


Gráfico 2: percentual de famílias que acham que a Estrada Ecológica trará benefícios. Fonte: autora.

A pergunta 3 foi: “Acha que os impactos da Estrada serão negativos (sim ou não)? ou positivos (sim ou não)?”. Essa questão teve diferentes posições, pois, um mesmo morador acredita que a estrada trará impactos negativos e positivos. Assim sendo, 10% acreditam que a estrada ocasionará apenas impactos negativos, 30% acreditam que a mesma acarretará apenas impactos positivos. 60% dos entrevistados acreditam que os impactos provenientes da futura estrada serão tanto negativos, como positivos. O morador 7 expõe: *“A estrada é boa porque facilita pro povo ir e vim, pros ‘menino’ ‘podê’ ir pra escola, pra nós ‘podê’ ir na cidade...só que tem que essas ‘moto’ tão demais, vai tê que ‘controla’ elas, passam tudo correndo, ‘anda’ atropelar um ai...”*.

Para atender a coleta de dados qualitativa, os moradores responderam ainda quais são os impactos previstos. Os impactos positivos considerados pelos moradores são: o acesso de veículos; a valorização das terras que estão próximas à estrada; a oportunidade de comercializar com os turistas e ofertar produtos e serviços, conseqüentemente, aumento da renda familiar; e aumento do fluxo turístico da região.

Os impactos negativos abordados pelos moradores foram: o atropelamento de animais domésticos e selvagens; o fluxo intenso de veículos em feriados; o lixo deixado pelos turistas; e a erosões ocasionadas pela falta de manutenção. A respeito do último impacto citado, o Sr. 7 adverte: *“Não adianta nada vim ‘fazê’ estrada e deixar elas ‘a Deus dará’, tem que vim ‘fazê’ a manutenção é sempre...”*.

Em relação aos impactos previstos, o IEF tem pretensões de minimizar os negativos e maximizar os positivos, diante disso, advertimos a necessidade de se realizar manutenções

periódicas para que as propriedades ao entorno não sofram com a perda de terras ocasionadas por erosões, bem como com o lixo proveniente da atividade turística, e as possíveis degradações ocorrente dessa atividade. Em relação ao lixo, cabe ao IEF, o dever de desenvolver a Educação Ambiental com os turistas, conscientizando-os e sensibilizando-os a respeito questões ambientais. Takahashi (2004), adverte que o pisoteio nas trilhas, mesmo quando produz baixo impacto, reduz a vegetação rasteira, a biomassa e pode alterar a composição da flora mediante a eliminação de espécies frágeis. Pode acarretar ainda, na alteração da composição ou mesmo perda completa da vegetação forrageira, extinção de espécies, compactação do solo, alargamento da trilha e diminuição da taxa de infiltração.

É de extrema importância a presença efetiva do IEF no local, controlando o acesso de turistas e supervisionando suas atividades. É imprescindível, porém, que os turistas desenvolvam comportamentos sociais mais responsáveis e atitudes preservacionistas durante as suas viagens (RUSCHMANN, 2002).

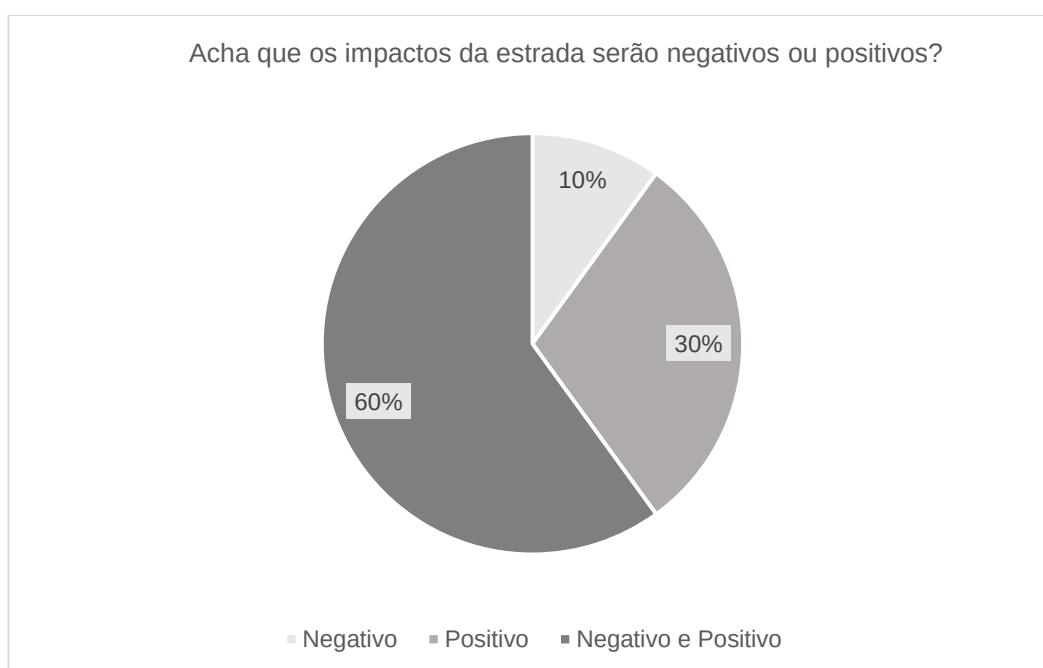


Gráfico 3: percentual de moradores que acham que a estrada trará impactos, negativos e,ou positivos. Fonte: autora.

A quarta pergunta foi: “Quanto ao acesso, acha positivo ou não, que passe automóveis, bicicletas e outro tipo de veículo?”. 90% dos moradores acreditam ser positivo que a estrada seja acesso para qualquer tipo de veículo, isso porque, é o que mais anseiam com abertura da estrada, que possam chegar até suas casas qualquer tipo de veículo, e não somente pedestres. O Sr. 5 afirma que, *“não adianta nada abrir a estrada se não for pra passar qualquer tipo de veículo, porque à pé a gente já passa”*.

Com a entrevista pode-se perceber que alguns moradores não relacionam o acesso de veículos ao trânsito que se desenvolverá no local, apenas ao seu acesso pessoal. A Sra. 3 expõe: *“A estrada é boa pra gente ‘podê’ ir até Tabuleiro e até Itacolomi mais fácil, vai melhorar é muito pra nós”*. De acordo com a Prefeitura Municipal de Conceição do Mato Dentro⁶, a cachoeira do Tabuleiro atrai em média 5 mil pessoas por ano, e acredita que com a construção da Estrada Ecológica, este número poderá aumentar significante. A maioria dos moradores entende que por estarem distantes alguns metros da estrada não serão afetados por ela, entretanto, concordamos com Pires e Alcantarino (2008, p. 03), quando defendem que a comunidade é parte do produto turístico, que ela compõe o cenário que será consumido, e tem o direito legal de participar, decidir e se beneficiar do processo de elaboração dos planos para a localidade.

A quinta pergunta do questionário foi: *“Acha o turismo na região algo positivo ou negativo?”*. No gráfico 4, é possível observar que 10% consideram o turismo negativo, 10% não o consideram nem negativo nem positivo, o Sr. 3 admite: *“Pra mim o turista num é bom nem é mau, tanto faz. Não vivo disso e nem quero, meu sustento vem de outra coisa, mas meus ‘filho’ já num sei...pode ser bom pra eles...”*. E 80% acreditam que o turismo é algo positivo, inclusive de extrema importância para distritos Itacolomi e Tabuleiro do Mato Dentro. O Sr. 10 lembra que *“o turismo sempre existiu por aqui, antes deu eu nascer e depois que eu morrer vai ‘tê’ turista. Agora que veio essa mineração, a ‘firma’, mas antes tudo aqui é turismo, muita gente ‘vivia’ de turismo...”*.

Ainda que a visitação a unidades de conservação cause impactos negativos, ela é admitida pela Lei do SNUC na grande maioria das categorias de manejo, porque a visitação possibilita a disseminação de educação ambiental e o lazer em contato com a natureza, além de gerar renda para a UC e para a população local.

⁶ Disponível em: <<http://cmd.mg.gov.br/turismo/trilha-ecologica-facilitara-acesso-a-maior-cachoeira-de-minas>>. Acesso em: setembro de 2014.



Gráfico 4: Aceitação da atividade turística na região, pelos entrevistados. Fonte: autora.

Enfim, a última pergunta do questionário foi: “Tem interesse em investir no turismo?”. Pode-se analisar no gráfico 5, que apesar da maioria dos moradores acharem positiva a criação da Estrada Ecológica, bem como a atividade turística na região, poucos tem interesse em investir nesse ramo, apenas 40%. Isso se deve, ao fato da maioria dos residentes da área do estudo serem de idade avançada, e os filhos, até então, não demonstram interesse em investir nas propriedades em questão. O Sr. 9 ressalta: *“aos pouquinhos eu vou construindo meu negócio, faço uma coisa aqui, outra ali...quero é ‘monta’ uns chalés, e uma área de acampamento...servir almoço...essas ‘coisa’...”*.

Entretanto, quem pensa em investir, tem planos de ofertar chalés, campings, produtos e serviços. Segundo Figueiredo et al (2006), o Turismo Solidário é uma forma alternativa de geração de trabalho e renda através do aumento do fluxo turístico. Deste modo, é necessário que se invista nessa atividade a fim de se obter um maior desenvolvimento nas pequenas comunidades. Deve-se lembrar que a existência dos caminhos, por si só, não é garantia de desenvolvimento econômico, é necessário que as comunidades estejam qualificadas para atenderem a demanda turística.

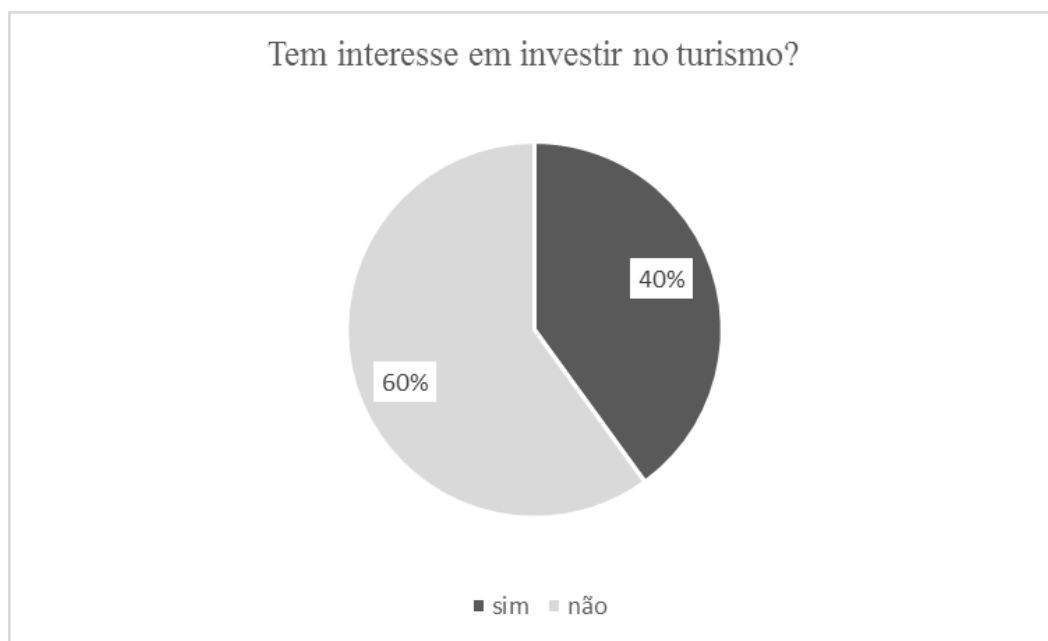


Gráfico 5: interesse em investir no turismo. Fonte: autora.

Com a observação direta da área estudada notou-se grande potencial da comunidade em desenvolver o turismo de base comunitária, as pessoas da região são naturalmente hospitaleiras e possuem forte vínculo com a atividade turística que há anos acontece nos distritos de Conceição do Mato Dentro. A Sra. 4 afirma que *“os turista são tudo gente boa, eles ficam ‘feliz’ com qualquer fruta que a gente dá pra eles...às vezes aparece por aqui com fome e eu faço um almoço, coisa simples, mas dá pra matar a fome, porque por aqui não tem venda nenhuma, não dá pra eles ‘compra’ nada pra ‘cumê’...”*. Todas as propriedades produzem algum produto que poderia ser comercializado com turistas, mas nem todos estão dispostos a isso. 20% dos entrevistados alegam que o fluxo de turistas em suas propriedades atrapalharia na rotina diária das mesmas. Porém, o maior problema observado é o fato da maioria das pessoas não estarem acostumados a receber nada em troca dos produtos típicos da região, oferecem de graça aos transeuntes, especiarias da região como grãos (Fotografias 14 e 15) e frutas. A Sra. 8 é quem está mais próxima da estrada, e diz sobre o assunto: *“os ‘turista’ vive passando por aqui, direto e reto que tem um perdido por essas bandas, coitadinhos...bom que sempre tem uma fruta, um queijo pra oferecer pra eles...imagina que um já quis me pagar por umas meia dúzia de laranja, vê se pode! Se eu vou cobrar por uma laranjinha? Falei com eles pra pegar o tanto que quisesse, uai...”*. Deve-se trabalhar nesse ponto para que essas pessoas vejam a atividade turística como fonte de renda, deve-se buscar parcerias para que sejam feitas oficinas onde os moradores recebam orientações sobre o beneficiamento e comercialização de produtos típicos da região.

Concordamos com Gontijo (2003:169), que não podemos impedir o avanço da tecnologia, da informação, das economias globalizadas; mas podemos preparar e construir um homem mais consciente, mais integrado. Lembramos ainda que os direitos relacionados à garantia de discussão, debate e crítica são centrais para os processos de geração de escolhas bem fundamentadas, coerentes e, acima de tudo, aprovadas pela população.



Fotografia 11: Amendoim produzido em propriedade localizada ao entorno da Estrada Ecológica do Charco. Fonte autora.



Fotografia 14: Feijão produzido em propriedade localizada ao entorno da Estrada Ecológica do Charco. Fonte autora.

3 CONCLUSÃO

De acordo com os resultados obtidos, percebe-se a aceitação da grande maioria dos entrevistados em relação à implantação da Estrada Ecológica do Charco. Os dados foram adquiridos utilizando-se de métodos quantitativos e qualitativos na coleta, para isso, as ferramentas utilizadas foram questionário e entrevista estruturada.

Os resultados das entrevistas e questionários aplicados serviram como base para que o IEF pudesse dar início às obras de implantação da estrada, visto que a maioria das pessoas que serão afetadas por ela está de acordo, as obras se inicializaram no segundo semestre de 2014. Outros problemas surgiram a partir da presente pesquisa, como a necessidade de capacitar a população para receber o fluxo turístico, a necessidade de manutenção periódica da estrada, bem como da fiscalização permanente por parte do órgão competente. No entanto, sabendo-se disso, é possível ao IEF estipular medidas que para que tais necessidades sejam atendidas.

Concluiu-se, portanto, que a maioria dos moradores acham positiva a criação da Estrada Ecológica, bem como da demanda turística. A maior parte destes lidam de forma pacífica com a atividade turística na região e reconhecem a importância dessa atividade no município em que vivem. Observou-se que a maioria das famílias possui um grande potencial de serem atores do desenvolvimento do turismo de base comunitária na região, isso porque, possuem um caráter naturalmente simpático e hospitaleiro.

REFERÊNCIAS

- AMARAL, Eduardo Antônio Ribas. Parques e comunidades rurais são compatíveis? Estudo de caso no Parque Estadual da Serra do Tabuleiro. Florianópolis, 1998. Dissertação (Mestrado em Agroecossistemas). Centro de Ciências Agrárias, Universidade Federal de Santa Catarina. 218 p.
- ANJOS, F. A e VIANA, L. J. T. Turismo & Sociedade, Curitiba, Paraná; vol. 1, nº. 1, p. 84-102, 2008.
- ASTI VERA, Arnaldo. Metodologia da pesquisa científica. 5. ed. Porto Alegre: Globo, 1979.
- BARRETTO FILHO, H. T. Notas para uma história social das áreas de proteção integral no Brasil. In: RICARDO, F. (org.) Terras Indígenas e Unidades de Conservação. São Paulo: Instituto Socioambiental. 2004, pp.53-63.
- BARRETO, Margarita. Relações entre visitantes e visitados: um retrospecto dos estudos socioantropológicos. Turismo em análise, São Paulo, v.15, n. 2, Nov.2004, p.133-149
- BARROS, M.I.A.; DINES, M. Mínimo impacto em áreas naturais: uma mudança de atitude. In: SERRANO, C. (Org.). A educação pelas pedras: ecoturismo e educação ambiental. São Paulo: Chronos, 2000. p.47-84.
- BECKER, B. K. Amazônia: Inserção internacional e soberania nacional. Brasília: SUDAM/PRODEAM-PDA. 2000, 82p.
- BENEVIDES, Ireleno Porto. 1999. Para uma agenda de discussão do turismo como fator de desenvolvimento local. In: RODRIGUES, Adyr Balastrieri (Org.). Turismo e desenvolvimento Local. São Paulo: Hucitec. p. 23- 41.
- BONI, Valdete; QUARESMA, Sílvia Jurema. Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais. Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC. Vol. 2 nº 1 (3), p. 68-80. Disponível em: <http://www.emtese.ufsc.br/3_res5.pdf> Acesso em 12 junho 2014.
- BRAGA, Solano de S.; PINTO, Valéria B. (Im) Possibilidades para pesquisas sobre Turismo no Espaço Rural. Anais do 2º Simpósio O rural e O urbano no Brasil/UERJ. 2009. Rio de Janeiro, RJ.
- BRASIL. Diretrizes para uma Política Nacional de Ecoturismo. Brasília: EMBRATUR, 1994.48 p.
- BRASIL, 2000b. Unidades de Conservação: intenções e resultados. São Paulo:Annablume: FAPESP.
- BRASIL. Decreto nº 16.677, de 29 de setembro de 1944. Aprova o Regimento do Serviço Florestal do Ministério da Agricultura. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br>>. Acesso em: 03.ago.2014.

BRASIL - Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965. Institui o Novo Código Florestal. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, 16 set. 1965, p. 9.529, retificado no D.O. de 28 set. 1965, p. 9.914.

BRASIL 2000. Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza. Lei 9.985 de 18 de julho de 2000 e Decreto 4.340 de 22 de agosto de 2002. Ministério do Meio Ambiente, 2ª ed. (aumentada). Brasília.

BRASIL. Decreto nº 23.793. Aprova o Código Florestal. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Rio de Janeiro, p. 25.538, 23 jan. 1934.

BRASIL. MINISTÉRIO DO TURISMO. Secretaria Nacional de Políticas de Turismo, Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico, Coordenação Geral de Segmentação. Ecoturismo: orientações básicas. Brasília, 2008.

BRITO, M. C. W. de — 1998a Unidades de conservação: intenções e resultados. In: Campinas, 2004. Disponível em: <<http://www.aguas.cnpm.embrapa.br>>. Acesso 11 de junho de 2014.

BRITO, M. C. W. de 2000b — Unidades de Conservação: intenções e resultados. São Paulo: Annablume: FAPESP.

BURSZTYN I. & SANSOLO D.G. Turismo de Base Comunitária: potencialidade no espaço rural brasileiro. In Turismo de Base Comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras. Roberto Bartholo, Davis Gruber Sansolo e Ivan Bursztyn, organizadores. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009.

CARVALHO, J. A conservação da natureza e dos recursos naturais na Amazônia brasileira. In: Simpósio sobre a biota amazônica 7, 1967:1-47.

CONCEIÇÃO DO MATO DENTRO. Disponível em: < <http://cmd.mg.gov.br> Acesso em: 2014.

DEMO, P. Metodologia científica em ciências sociais. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1989.

DIEGUES, A. C. S. — 1993 Populações Tradicionais em Unidades de Conservação: O Mito Moderno da Natureza Intocada. Núcleo de Pesquisa sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas do Brasil. Série — Documentos e Relatórios de Pesquisa, nº 1, São Paulo.

DIEGUES, Antônio Carlos. O mito moderno da natureza intocada. São Paulo: Hucitec, 1998.

DUBOS, René. Namorando a Terra. São Paulo: Melhoramentos, 1981.

FENNEL, David. 2002. Ecoturismo: uma introdução. São Paulo: Contexto. (Coleção Turismo Contexto).Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1981-81222006000200011&lng=pt&nrm=iso>.Acesso em maio de 2014.

FERREIRA, Raoni A; GONTIJO, Bernardo M; Trekking: da aventura à possibilidade de desenvolvimento do Ecoturismo: Um olhar sobre duas travessias na Serra do Cipó/MG. In:

Anais do 2º Encontro Interdisciplinar de Ecoturismo em Unidades de Conservação/Congresso Nacional de Ecoturismo, 2007, Itatiaia RJ.

FIGUEIREDO et al. Programa Turismo Solidário: na bagagem a Cidadania, 2006. Disponível em: < www.turismosolidario.com.br>. Acesso em: 11 junho de 2014.

GONTIJO, Bernardo Machado. A Ilusão do Ecoturismo na Serra do Cipó/MG: O Caso de Lapinha. Tese de Doutorado. Brasília: CDS/UnB, 2003.

GONTIJO, Bernardo Machado. As portas abertas da serra do Cipó – Cadernos Manuelzão, ano 2 – nº 3, Belo Horizonte – MG, 2007.

GOULART, Eugênio M. A; Nos ermos e nas brumas da Serra do Espinhaço, Editora COOPMED, Belo Horizonte - MG, 2001.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Contagem de população. Sistema de recuperação de informação municipal - Censo Demográfico. Rio de Janeiro, IBGE, 1996.

ICMBio – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. Plano de Manejo do Parque Nacional da Serra do Cipó, 2009.IEF/MG – Instituto Estadual de Florestas de Minas Gerais. Sítio eletrônico: www.ief.mg.gov.br. 10/12/2010

IEF/MG – Parque Estadual. Disponível em: <<http://www.ief.mg.gov.br/areas-protegidas/parques-estaduais>>. Acesso em julho, 2014.

IRVING, M. A. Ecoturismo em áreas protegidas: da natureza ao fenômeno social. In: NEIMAN, Z.; CASTILHO, N.; CASTILHO, V. (Orgs.) Nas trilhas do ecoturismo. São Carlos: Editora Rima, 2008, p. 1-15.

KLINK, Amyr. Mar sem Fim: 360º ao redor da Antártica. Ed. Companhia das Letras. 1998

MACHADO, Paulo A. L. Direito Ambiental Brasileiro. Revista dos tribunais. São Paulo, p. 329-381, 1989.

MALDONADO, Carlos: Negocios Turísticos con Comunidades (NETCOM), Manual de facilitador, Módulo 3: “El Turismo Comunitario em América Latina: p.11, OIT-REDTURS, Quito, 2006.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Técnicas de pesquisa. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

MEDEIROS, R. A Proteção da Natureza: das Estratégias Internacionais e Nacionais às demandas Locais. Rio de Janeiro: UFRJ/PPG. 2003, 391p. Tese (Doutorado em Geografia).

MILANO, M. S. —Mitos no manejo de unidades de conservação no Brasil, ou a verdadeira ameaça. In: Anais do II Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação, 2, 2000, Campo Grande: Rede Nacional Pró-Unidades de Conservação: Fundação O Boticário de Proteção à Natureza, 2000, v. 1, p. 11-25

MIRANDA, E. E. Água na natureza, na vida e no coração dos homens. São Paulo: Campinas, 2004. Disponível em: <<http://www.aguas.cnpm.embrapa.br>>. Acesso em: 12 de julho de 2014.

NIEFER, I.A. Análise do perfil dos visitantes das ilhas de Superagüi e do Mel: marketing como instrumento para um turismo sustentável. 2002. 237f. Tese (Doutorado em Engenharia Florestal) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2002.

OLIVEIRA, L. C. A. — 1999. The interaction between Park management and the activities of local people around National Parks in Minas Gerais, Brazil. Ph.D. in Geography. University of Edinburg.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE TURISMO. Guia de desenvolvimento do turismo sustentável. NETZ, S. (Trad.) Porto Alegre: Bookman, 2003.

OURIQUES, Helton R. A produção do Turismo: fetichismo e Dependência. Editora Alínea, 2005.

PADUA, J. A. — 1987 “Natureza e Projeto Nacional. As origens da Ecologia Política no Brasil” In: Pádua, J. A. (org), Ecologia e Política no Brasil, Espaço e tempo.

PESI. Parque Estadual Serra do Intendente. Disponível em: <<http://www.ief.mg.gov.br/noticias/3306-nova-categoria/1755-parque-estadual-serra-do-intendente>>. Acesso em 28 de junho de 2014.

PIRES, Ewerton Veloso; ALCANTARINO, Marcos Delgado. A participação das comunidades autóctones no turismo e o capital social no processo de desenvolvimento local: um exame do Programa Turismo Solidário-MG. Caderno Virtual de Turismo, vol. 8, nº 1, p.1-15, 2008.

POPPER, Karl. A lógica da pesquisa científica. 2. ed. São Paulo: Cultrix, 1972.

QUINTÃO, A. T. B. — 1983 Evolução do conceito de Parques Nacionais e sua relação com o processo de desenvolvimento. Brasil Florestal. Brasília, nº 54, p. 13 a 28. Abr-jun.

RESERVA DA BIOSFERA DA SERRA DO ESPINHAÇO – UNESCO. Disponível em: <<http://rbse-unesco.blogspot.com>>. Acesso em: 25 de maio de 2014.

RUSCHMANN, D. van de M. Turismo no Brasil: análise e tendências. Barueri, SP: Manole, 2002. 165 p.

SAMPAIO, C. A. C. (et. al). Arranjo Socioprodutivo de Base Comunitária: Análise Comparativa de Experiências de Turismo Comunitário no Brasil e no Chile. Revista de Negócios, Blumenau, v. 10, n. 4, p.288-301, out/dez, 2005. [online]. Disponível em: <<http://proxy.furb.br/ojs/index.php/rn/article/viewPDFInterstitial/245/220>>. Acesso em julho de 2014.

SANTOS, Milton. A natureza do espaço: técnica e tempo; razão e emoção. 2. ed. São Paulo: HUCITEC, 1997.

SERRANO, Célia Maria de Toledo. A vida e os parques: proteção ambiental, turismo e conflitos de legitimidade em unidades de conservação. In: _____ e BRUHNS, HELOÍSA T. (org.). Viagens à natureza: turismo, cultura e ambiente. São Paulo: Papirus, 1997.

THOMAS, Keith. O homem e o mundo natural. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

TUCUM. Rede Cearense de Turismo Comunitário. Presentation held at the II International Seminar on Sustainable Tourism. Fortaleza, 2008.

TURISOL. Rede Brasileira de Turismo Comunitário e Solidário. Presentation held at the II International Seminar on Sustainable Tourism. Fortaleza, 2008.

UICN, CPNAP, CMMC — 1994 Directrices para las categorias de manejo de áreas protegidas. Gland. 161 p.

UICN. Guidelines protected Area Management Categories. Gland: UICN, 1994.

VEZZANI, Marco A. Turismo rural e responsabilidade ambiental e ecológica no espaço rural brasileiro, Caderno Virtual de Turismo, volume 8, 2008.

ANEXO 1

Mosaico Cipó – Intendente ; Henri Collet (PARNA Serra do Cipó) e Miguel Andrade (PUC-MG) no 1º Encontro de Mosaicos de Minas Gerais, 2010.



1º Encontro de Mosaicos
Parque Estadual do F

O MOSAICO CIPÓ-INTENDENTE:
OS RUPESTRIS E AMBIENTES ASSOCIADOS DA SERRA DO ESPINHAÇO



ções para a criação do mosaico

ações de extinção de espécies, em razão da pequena área que o trópica que vêm sofrendo devido à extração mineral e vegetal além de grandes extensões, e por ser um ecossistema extremamente frágil.

implementação de políticas públicas a partir dos estudos de Áreas Prioritárias da Biodiversidade e o Zoneamento Ecológico Econômico do Estado de Minas Gerais, que apontam para a relevância da região.

compromissos internacionais assumidos através do reconhecimento da Serra do Espinhaço, em 2005.

Assinatura do Acordo de Cooperação Técnica, assinado entre o I

ANEXO 2

PESQUISA ESTRADA CHARCO

Nome: _____

Localização (coordenadas): _____

1. Acha positiva a abertura da estrada? () sim () não

* Por que?

2. Acha que a estrada trará benefícios? () sim () não

* Quais?

3. Acha que a estrada trará impactos? () sim () não

* Quais os impactos previstos? Relaciona os impactos à atividade turística?

4. Quanto ao acesso, acha positivo que passe automóveis, bicicletas e outro tipo de veículo? () sim () não

* Sabe que a abertura da Estrada trará um movimento de turistas até então, não existente na estrada em questão? Sabe que as Cachoeiras Rabo de Cavalo e do Tabuleiro, que serão unidas pela estrada, recebem em feriados nacionais mais de 300 pessoas por dia, o que sugere o quanto a estrada será movimentada?

5. Acha o turismo benéfico para a região? () sim () não

* Por que? Já presenciou ou teve algum problema com turistas?

6. Tem interesse em investir no turismo? () sim () não

* Se sim, em quê (camping oferta de produtos típicos, alimentos, pernoite, etc)?

Considera o turismo de base comunitária uma boa alternativa para a região? O que gera a renda da família? A propriedade produz produtos ou serviços que podem ser vendidos aos turistas (queijo, ovo, frutas, café, feijão, etc)? Tem interesse em comercializar tais produtos?

*Entrevista semiestruturada.